

O SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Director: Armando Parreira • € 0,75 • Ano XII • Janeiro/Fevereiro 2003 • Nº 52

CARREIRAS DOS SARGENTOS

UMA QUESTÃO DE JUSTIÇA E RESPEITO

Continuamos sem perspectiva de resolução para o já enfadonho problema das carreiras que atinge a nossa Categoria e que tende a eternizar-se, com prejuízo para todos nós e criando situações de desmotivação, desalento e desinteresse que atingem níveis que são, de todo, indesejáveis numa organização como as Forças Armadas. A falta de perspectivas de progressão subsiste em virtude de uma desadequada programação dos Quadros Orgânicos que se encontram, de uma forma geral, desenquadrados da realidade e das necessidades dos Ramos.

Pág. 3



**OS MILITARES E A
QUESTÃO RETRIBUTIVA**

Pág. 5

**31 DE JANEIRO
Um marco histórico**

Págs. 6,7,8

EDITORIAL

Virar de página

Desceu o pano sobre as comemorações do Dia do Sargento de 2003. Foram, sem qualquer sombra de dúvida, umas comemorações históricas. Sobre esse facto neste número do nosso jornal se dá o justificado relevo. Agora a hora é de olharmos em frente. Não se pense, contudo, que sobre o nosso caminho agora se estende uma passadeira, larga e de pelo macio. Apenas se abriu um sinal intermitente, laranja, que aconselha prudência. A hora é de irmos caminhando, experiência feita, com segurança e a mesma dignidade que sempre foi nosso apanágio. E o caminho é longo e demorado. Elegemos as Carreiras como objectivo em 2003. E é sobre os nossos objectivos que temos de centrar as nossas atenções, sem permitir que nos distraiam ou nos amoleçam, ou, pior, que nos levem ao fatalismo. Virámos uma página no livro da nossa história. Mas, ainda só passámos a nota introdutória. Muitos capítulos se seguem. O capítulo das Carreiras. O capítulo da Questão Retributiva. É natural que neste virar de página também nos queiram dar "música". A imprensa diária divulgou que a ministra das Finanças, Manuela Ferreira Leite, elaborou uma reestruturação dos escalões salariais da Função Pública e estipulou aumentos da ordem dos 1,5%. Na nova tabela, o escalão mais baixo do regime geral, a que corresponde um salário de 369 euros (índice 119), passa para o índice 121, que equivale a 375 euros. Ou seja, o aumento salarial a vigorar este ano, para os funcionários públicos deste escalão, é de 1,68%... Trocado por miúdos, isto significa a módica quantia de um aumento de... 6 euros mensais! Recorde-se que a inflação está nos 3,8%. O futuro não nos reserva facilidades, nem delas estávamos à espera. Virámos uma página, é certo. Mas há que molhar o dedo, com firmeza e determinação, para virarmos as que se seguem. ●

Opinião

A Batalha da Produtividade

Desde que me lembro, que oiço falar da necessidade de se aumentar a produtividade, para bem do desenvolvimento da Nação. No entanto, nos últimos tempos, essa necessidade tem vindo a ser trazida ao de cima pelo actual Governo, parecendo até que a troco desse pretexto, não se olham a meios para atingir os fins. Cheguei até a ouvir, através da rádio, um distinto representante dos empresários do nosso País a dizer que a produtividade está em primeiro lugar e só depois vem o bem-estar das pessoas. Pasmem-se!!!

Atrás do aumento da produtividade, vem a necessidade de aplicação de um conjunto de medidas "estruturais e estruturantes", independentemente do que isso significa, e que visam, não mais que aumentar o poder dos patrões sobre os trabalhadores. E temos ainda a contenção salarial como medida de contenção da despesa pública, para redução do deficit orçamental e mais sei lá o quê...

Vemos o desemprego a aumentar de forma galopante, aumenta o IVA, os passes sociais, os bens de primeira necessidade, os materiais escolares, os infantários, as telecomunicações, enquanto os salários de 2003 continuam sem actualização e vemos os jornais a anunciar aumentos de salários de 14,5% para as Forças Armadas, quando na realidade o que aumentou 14% no prazo de um ano foi o preço dos combustíveis.

Mas devem estar, os meus camaradas a perguntar, o que têm as Forças Armadas e os Sargentos a ver com tudo isto?

A minha resposta é que temos tudo a ver com isto, pois não deixamos de



ser cidadãos e estarmos, com as nossas famílias, inseridos nesta sociedade. Ainda para mais temos a agravante de enquanto militares, não termos assento na mesa da concertação social, pelo que nos resta aguardar o que alguém decide por nós.

Contava-me um camarada da minha unidade, há uns dias atrás, que de repente viu a sua situação familiar até ali estável, transformar-se num amontoado de dificuldades e problemas. A esposa, efectiva numa determinada empresa, e que estava a acabar de gozar a sua licença de parto, recebera uma carta de despedimento. O emprego que agora, mais do que nunca, era necessário pela chegada do seu primeiro filho, iria desaparecer. O Tribunal de Trabalho disse-lhe que o melhor era aceitar a indemnização que o patrão propunha (inferior ao que tinha direito), caso contrário o processo iria arrastar-se nos tribunais durante anos e anos... Foi ao Centro de Emprego da sua zona e foi informada que só iria começar a receber o devido subsídio de desemprego dentro de 6 a 7 meses, devido a atrasos no processamento dos documentos. O nosso camarada, que até ali usava o transporte da unidade para se deslocar para o serviço, verifica que essa carreira acabou e tem que passar a

comprar o passe social. Verifica ainda que não tem transportes a horários compatíveis e tem que usar a sua viatura pessoal para ir diariamente para a unidade, com o aumento de despesas daí decorrentes...

Infelizmente o caso deste nosso camarada, não só não é único como começa a ser cada vez mais frequente e é por causa de casos destes que temos tudo a ver com aquelas questões que referi no início do texto, pois hoje é com alguém nosso conhecido e amanhã poderá ser com qualquer um de nós, pois, infelizmente, os nossos orçamentos familiares assentam em alicerces que se vão fragilizando cada vez mais, ano após ano e por vezes a derrocada acaba por ser inevitável mercê de um qualquer acontecimento ou facto.

É por tudo isto que aqui referi, que temos que estar atentos e informados sobre o que se passa à nossa volta e estarmos disponíveis para participar na vida da nossa sociedade, de forma activa e consciente. Só participando teremos a capacidade de influenciar e evitar que outros decidam por nós ou mesmo contra nós.

Nunca é demais lembrar que "Quem não luta já perdeu". ●

José Pereira

Repor a verdade

Uma vez mais fomos confrontados com notícias incorrectas acerca de um pretenso aumento para os militares. Não é, infelizmente situação nova para nós Sargentos, pois, como todos estamos infelizmente recordados, já em 1999 foi noticiado que os Sargentos teriam sido alvo de um aumento de 30%, o que se traduziu numa enorme mentira, inúmeras vezes por nós desmentida.

O facto a que se referiram desta vez as notícias mais não é do que estar a pôr em prática o que já há dois anos estava previsto no Art. 20.º do DL 320-A/2000, e que, inexplicavelmente, tardava em ser aplicado, ou seja, atribuir aos militares em regime de contrato a mesma tabela retributiva aplicada aos seus camaradas do Quadro Permanente, assim como atribuir aos militares em regime de voluntariado o suplemento da condição militar, que é uma percentagem (14,5%) do seu vencimento base. Estas medidas, entre outras, inserem-se no Regulamento dos Incentivos do Serviço Militar, e visavam criar condições de apetência aos jovens para servir nas Forças Armadas.

Estranha-se, em face de tal tipo de notícias, que não só não reflectem toda a verdade, como principalmente induzem na opinião pública uma imagem distorcida e menos favorável das Forças Armadas, particularmente no momento em que se pedem aos cidadãos sacrifícios materiais, que não se tenha assistido por parte das autoridades competentes à necessária e objectiva reposição da verdade. ●

BSS de Coimbra com dificuldades de alojamento

Chegou ao nosso conhecimento que os nossos camaradas do Batalhão do Serviço de Saúde - BSS, de Coimbra, estão a ser confrontados com a imposição de ficarem alojados num edifício cuja capacidade é manifestamente insuficiente para o número de Sargentos ali existente.

De facto, colocar 31 Sargentos do sexo masculino "amontoados" num edifício cujas instalações sanitárias se reduzem a 2 sanitas, 1 mictório, 2 lavatórios e 3 chuveiros (cujo fluxo de água só permite que funcione um de cada vez) vai contra as mais elementares normas de higiene e trata-se acima de tudo de uma questão de bom senso (ou de falta dele)!

A situação parece ainda mais difícil de compreender e aceitar quando na unidade existe um edifício com capacidade suficiente

para alojar todos os Oficiais e Sargentos ali colocados, mas que é utilizado para festas, jantares e outros eventos sociais.

O argumento apresentado de que o pessoal de diferentes categorias deve ficar separado, cai por terra quando na mesma unidade os Sargentos do sexo feminino encontram-se alojados em conjunto com as Praças do mesmo sexo.

Apela-se assim às entidades responsáveis para que a situação seja correctamente avaliada, o que não deverá ser particularmente difícil numa unidade cuja actividade está directamente relacionada com as questões da saúde... e cujo lema é "Servir aos que à Pátria se dão"!

Ficamos a aguardar novos desenvolvimentos. ●

CARREIRAS DOS SARGENTOS DAS FORÇAS ARMADAS

Uma questão de justiça e respeito

OS FACTOS

Apesar de todos os esforços desenvolvidos pelos Sargentos até à presente data, continuamos sem perspectiva de resolução para o já enfadonho problema das carreiras que atinge a nossa Categoria e que tende a eternizar-se, com prejuízo para todos nós e criando situações de desmotivação, desalento e desinteresse que atingem níveis que são, de todo, indesejáveis numa organização como as Forças Armadas.

A falta de perspectivas de progressão subsiste em virtude de uma desadequada programação dos Quadros Orgânicos que se encontram, de uma forma geral, desenquadrados da realidade e das necessidades dos Ramos. O decreto-lei 202/93, que estabelece os quantitativos de militares em cada posto, de acordo com o texto do mesmo, tem uma validade de 5 anos e, como tal, deveria ter sido revisto em 1998, facto que até à data ainda não aconteceu, apesar das inúmeras propostas por parte das chefias dos Ramos e também das constantes solicitações por parte da Direcção da ANS. A verdade é que os sucessivos Governos que têm tomado em mão os destinos da Nação, não tiveram nunca interesse nem vontade de resolver este problema, apesar de o terem feito para muitas outras categorias profissionais e quadros especiais da Função Pública.

Por outro lado, contribui também para a estagnação das nossas carreiras o facto de no EMFAR não estarem vertidas suficientes normas reguladoras da progressão, mesmo de carácter e aplicação excepcional, que salvaguardem os direitos daqueles que são alvo de injustiças em termos de promoções e que se confrontam com uma total ausência de possibilidades de um dia poderem ascender, sequer, ao posto de Sargento-ajudante.

Continuamos assim a verificar:

▲ A existência de muitos camaradas com 15, 16 e mais anos de permanência no posto de 1SAR;

▲ A existência de um grupo considerável de 1SAR (muitas centenas) com mais de 10 anos de posto que, a manter-se a actual situação, não chegarão nunca a ser promovidos a SAJ;

▲ A existência de centenas de camaradas já habilitados há vários anos com a frequência dos cursos de SAJ e SCH e que continuam a aguardar a promoção que em muitos casos nunca chega, acabando por passarem à reserva sem serem promovidos;

▲ A existência de SAJ e SCH que apesar de terem vaga para serem promovidos ao posto seguinte, não o são por não possuírem o tempo mínimo de permanência no actual posto, acabando por passarem à reserva por limite de idade;

▲ Desempenho de funções desadequadas ao posto, nomeadamente no que respeita ao desempenho de funções de posto superior sem a devida compensação financeira, contrariamente ao previsto no EMFAR.

Instala-se assim nas nossas mentes o estigma de "Um posto... Uma carreira", e cada vez se torna mais real a famosa história da "saga do primeiro-sargento", que muitos de vós tão bem conhecem... aquela em que o filho durante toda a sua vida apenas conhece o pai como 1SAR!



OS NÚMEROS

De acordo com os dados mais recentes, retirados do Anuário Estatístico da Defesa Nacional, publicação do Ministério da Defesa Nacional, portanto números oficiais e públicos, em 2001 existiam nas Forças Armadas:

Oficiais Gerais	139
Coronel/Capitão-de-Mar-e-Guerra	498
Sargento-Mor	223

Oficiais QP	5322
Sargentos QP	9877

Não chega a haver 2 Sargentos para cada Oficial... Só Oficiais superiores eram 2738...

Na Força Aérea, por exemplo, a desproporção é de tal ordem que não dá para compreender que lógica organizacional de gestão de pessoal levou a tal situação:

Oficial General	39
Coronel	82
Sargento-Mor	19
Major	293
Sargento-Chefe	135
(Os MAJ são mais do que o dobro dos SCH)	

No que respeita ao número de promoções a situação também não é nada famosa em desfavor dos Sargentos. De acordo com a mesma publicação, no ano de 2001 ocorreram nas Forças Armadas as seguintes promoções:

Oficial General	32
Oficial Superior	595
Sargento-Mor	82

Oficiais QP	1051
Sargentos QP	1015
(Sendo os sargentos quase o dobro dos oficiais, tiveram estes últimos mais promoções que os primeiros...)	

De 2001 para cá a situação não tem melhorado para os Sargentos... bem pelo contrário.

Os números aqui apresentados não são um problema recente e por isso é-nos legítimo perguntar:

▲ Será que o MDN e os Ramos ao publicarem, ano após ano, números desta ordem não têm capacidade para daí reti-

rar as suas conclusões e introduzir as necessárias medidas correctivas?

▲ Será que acham normal, tudo isto?

▲ Será que somos apenas números e gráficos de barras de uma qualquer estatística divulgada num livro que ninguém lê?

▲ Ou será que esta é uma situação que não interessa resolver, porque numa possível perspectiva de redução dos efectivos, será mais económico para o Estado pagar vencimentos e pensões de reforma a 1SAR do que a SAJ ou SCH, independentemente dos prejuízos pessoais das várias gerações de Sargentos afectadas pela medida?

AS PROPOSTAS

Entendemos assim que é necessário e urgente a revisão dos quantitativos de pessoal constantes no DL 202/93 para que esses valores tenham uma relação lógica com as reais necessidades dos Ramos, correspondendo aos conteúdos funcionais de cada posto, assim como aos quadros orgânicos das unidades.

Por outro lado temos também a nossa petição com mais de 6300 assinaturas entregue na Assembleia da República em Março de 2001 e que nela constam várias propostas que a serem aceites iriam permitir uma maior progressão, principalmente para os casos em que as injustiças e atrasos são mais flagrantes.

Essa petição que tinha sido arquivada na "gaveta dos assuntos que o tempo há-de resolver", foi retomada, por insistência nossa, pela primeira reunião da Comissão de Defesa Nacional na actual legislatura. Esta Comissão da Assembleia da República aprovou por unanimidade um relatório que foi enviado ao Governo (MDN) para se pronunciar sobre as questões por nós apresentadas. O Governo não respondeu! Foi enviada uma segunda vez. Continua sem haver resposta... Em face do sucedido temos a informação que se aguarda para breve o agendamento da discussão no plenário da Assembleia da República.

Na nossa petição constam pedidos de alteração em 27 artigos entre os quais podemos destacar:

▲ A extensão até 2010 e aos três Ramos, da medida que promovia a SCH todos os militares que tivessem 18 anos de permanência entre SAJ e 1SAR;

▲ A promoção a SCH de todos os SAJ

que tenham completado 31 anos de serviço ou 52 anos de idade até 2010 e que cumpram as condições gerais e especiais de promoção;

▲ A definição concreta do pagamento por desempenho de funções de posto superior;

▲ A obrigatoriedade de publicação em Diário da República das normas de nomeação e colocação dos militares;

▲ A dispensa de algumas das condições especiais de promoção a SMOR, passarem a ser da competência do Chefe do respectivo Ramo;

▲ A promoção a SAJ de todos os militares que cumpram 18 anos em 1SAR e 2SAR, estabelecendo-se assim, na prática, um tempo máximo de permanência no posto;

▲ Definição concreta das funções atribuídas aos postos e quadros especiais, com correspondência directa ao que se pratica a nível NATO.

A LUTA

Entendeu a ANS que o corrente ano seria especialmente dedicado ao problema das carreiras, isto sem descurar todos os outros problemas que atingem a nossa Categoria. Poderá parecer ambicioso atendendo ao contexto em que vivemos, mas convictos que estamos da nossa razão e da justiça das nossas pretensões achamos que este é um assunto que não podemos continuar a aguardar melhor altura para resolução, uma vez que mesmo quando era boa altura não o quisermos resolver...

As questões relacionadas com as carreiras na categoria de Sargento não são um problema de agora. Na verdade basta vermos um pouco da nossa história e rapidamente verificamos que já aquando da revolução do Porto, do célebre 31 de Janeiro de 1891 que comemoramos, entre os diversos motivos que levaram à revolta lá estava o problema das carreiras.

Não é portanto um problema de hoje, assim como não é uma luta de hoje...

Então, é ou não possível a resolução deste nosso problema?

Creemos que sim... é possível!

Nós, Sargentos de Portugal, estaremos sempre disponíveis para colaborar na procura de soluções, a contento de ambas as partes, numa perspectiva responsável e cientes das dificuldades. E prosseguiremos na nossa luta até atingirmos os nossos objectivos, por uma carreira digna e com perspectivas, porque estamos certos que a razão nos assiste.

Devemos fazê-lo pelas gerações que nos antecederam e que abnegadamente lutaram por este desígnio ao longo dos anos, pelas gerações vindouras de Sargentos, por nós próprios e principalmente pelas nossas famílias.

Esta é a mensagem que cada um de nós deve transmitir. Temos que estar atentos e disponíveis para participar dando o nosso contributo individual, a nossa opinião, porque esta é uma luta que tem que ter a participação de todos.

Para os responsáveis fica a mensagem da nossa disponibilidade para colaborar na discussão do problema, assim como a nossa determinação em resolvê-lo, pois trata-se acima de tudo de uma questão de Justiça e Respeito por aqueles que abnegadamente têm servido a nossa Pátria. ●

Tribuna do LEITOR

O Sargento-Mor na Força Aérea

Como é do conhecimento de todos os camaradas, os quadros orgânicos da FAP comportam um reduzido número de Sargentos-mores, comparativamente com os outros Ramos das FFAA, facto que dificulta e reduz o acesso a uma pequeníssima percentagem de Sargentos a esse posto, onde normalmente chegam já com idade avançada e à beira de se atingir o limite de idade para a passagem à reserva, salvo raras excepções.

Nessa situação o ânimo e a motivação, na maior parte dos casos, já não abundam pelo que por vezes se assiste a um arrastar no cumprimento do tempo necessário à progressão de escalão para a posterior passagem à situação de reserva.

Assim, aquele que deveria ser um posto com funções de destaque dentro da hierarquia militar e de grande importância na chefia da classe que é tantas vezes referida como a "espinha dorsal" das FFAA e da sua ligação com os níveis superiores da hierarquia, acaba por ser relegado para segundo plano, sendo-lhe atribuídas tarefas não compatíveis com o posto.

Com alguma ousadia posso até dizer que a continuarmos assim, arriscamos a que, futuramente, alguém possa considerar que já não se justifica o posto de SMOR, uma vez que as funções que lhes deveriam ser acometidas não são cumpridas, nuns casos porque os comandos não as atribuem, noutros porque os SMOR não têm motivação para as assumir e noutros casos ainda, porque nem sequer existe SMOR.

E assim vamos andando numa espécie de "paz podre", em que uns não querem ver e outros fingem que não vêem.

Temos casos como os de algumas das mais importantes unidades da FAP que não têm colocado nenhum SMOR. Noutras unidades existe SMOR mas não desempenham funções de adjunto do comandante, estando-lhes atribuídas funções de posto inferior, o que é ilegal, de acordo com o EMFAR. Noutras, ainda, temos SMOR colocados em unidades de escalão inferior, sem cabimento orgânico. Por último existem unidades que têm vários SMOR e nenhum deles em funções de adjunto do comandante.

Este cenário contraria tudo o que devia representar o posto de SMOR e evidencia problemas graves ao nível da gestão do pessoal, que na prática se traduzem em desperdício de recursos humanos.

Esta é, no meu entender, uma situação lamentável, que em nada prestigia a Força Aérea em geral e os Sargentos em particular e para a qual se deveria encontrar uma solução a breve prazo de forma a pôr "ordem na casa"...

Fica lançado o repto, a quem de direito... •

1SAR/FAP

A propósito da discussão da LPM

A IMPORTÂNCIA DA COMPONENTE HUMANA

N uma altura em que se discute e aprova a LPM - Lei de Programação Militar, que se perspectivavam remodelações (?) nos equipamentos das Forças Armadas, continuam por resolver os principais problemas que há longos anos afectam gravemente aqueles que são a base fundamental de uma estrutura militar: a *componente humana!*

Não deixamos, contudo, de reconhecer os pequenos avanços que se verificaram. Mas manda a verdade que se diga que são questões de menor monta, de "cosmética". O facto é que de estruturante, de fundamental, nada foi modificado e é com preocupação que vemos tardar o início da sua discussão.

Não é difícil fazermos um pequeno exercício de memória, recuarmos um pouco no tempo e elencarmos algumas das questões que há mais de dez anos vimos denunciando como de prioritária resolução, e que consequentemente têm sido motor de mobilização da nossa luta:

Não só porque elegemos 2003 como o "Ano das Carreiras", mas também porque tem sido desde sempre o tema principal das nossas reivindicações, vemos com pesar que nada de concreto foi feito no sentido de corrigir os defeitos e criar condições de evolução na carreira do militar Sargento.

A petição com mais de 6200 assinaturas de cidadãos em apoio a uma proposta da ANS para alteração ao EMFAR - Estatuto dos Militares das Forças Armadas, contendo medidas que visam criar mecanismos de progressão e dignificação nas carreiras dos militares, (entregue em Março de 2001 na Assembleia da República), foi já por duas vezes enviada pela Comissão de Defesa para o Governo se pronunciar, continuando sem resposta, estando já esgotados os prazos previstos pelo "regimento".

A revisão do DL 202/93, que quantifica os Quadros Orgânicos, tarda em ser feita, continuando a vigorar um quadro que, pelo preâmbulo do próprio DL, já deveria ter sido revisto em 1998. Também relacionado com a problemática da carreira, pela implicação e efeitos directos que têm nesta matéria, surgiram recentemente novos (?) Regulamentos de Avaliação do Mérito em dois ramos das Forças Armadas sem que as associações sócio-profissionais de militares tivessem sido consultadas, contrariando o espírito da Lei Orgânica n.º 3/2001, de 29 de Agosto. A questão das ultrapassagens em grande número que, particularmente no Exército, mais camaradas afectava foi em grande parte corrigida, mas a não anulação do Art.º 190.º do EMFAR continua a fazer pender sobre a cabeça de inúmeros camaradas o risco da reserva compulsiva, situação de grande injustiça e lesiva do interesse da instituição militar pelos danos que causa na massa humana.

Conscientes da difícil situação económica que o país atravessa e das exigências que são feitas aos cidadãos portugueses, e porque nos anima um elevado sentido de Estado, não pretendemos discutir a questão dos vencimentos co-



...OPORTUNO APRESENTAR PROPOSTA PARA A CRIAÇÃO DE UM NOVO SISTEMA RETRIBUTIVO QUE ACTUALIZE O VALOR DO ÍNDICE 100 EM 140...

mo se o aumento de vencimento imediato fosse o nosso objectivo. Mas pensamos que, porque a discussão do Orçamento para 2004 está em marcha, é mais do que chegada a altura para se iniciar uma discussão séria, construtiva e participada, sobre a necessidade de um novo sistema retributivo que reflecta cuidados de equidade e preocupação social, sem complexos de um qualquer elitismo arcaico absolutamente desenquadrado de umas Forças Armadas modernas que todos deveremos querer construir.

Nesta matéria, também não podemos aceitar que pequenos gestos de "cosmética" surjam, como se de uma solução final se tratasse. Correção de injustiças num sistema que enferma de graves maleitas é uma coisa, construção de um edifício retributivo moderno, justo, equilibrado e descomplexado é outra completamente diferente. E porque entendemos que já é longo o tempo em que a curva é descendente na comparação salarial entre o militar Sargento e uma qualquer profissão de referência, julgamos ser oportuno apresentar como proposta de partida para a criação de um novo sistema retributivo que a actualização do valor do índice 100 se situe em 140.

Para além destes dois temas que consideramos de capital importância, há outros que a não serem resolvidos ajudarão a agravar o clima de frustração, desmotivação e descontentamento generalizado que se vai instalando, apesar do elevado sentido de dever que ainda caracteriza os militares.

Entre eles estão a incompreensível demora na resolução da suspensão da aplicação do complemento de pensão de reforma criado pelo artigo 9.º do DL n.º 236/99, de 25 de Junho, com a redacção que lhe foi dada pelo artigo 1.º da Lei n.º 25/2000, de 23 de Agosto, suspensão esta determinada por despacho do então MDN, Dr. Castro Caldas; a demora em publicar todos os demais despachos relativos à reconstituição das

carreiras dos militares que participaram no processo de transição para a democracia, dando assim cumprimento à Lei n.º 43/99, de 11 de Junho. Os últimos despachos relativos a esta matéria datam de Abril de 2002, criando assim mais uma situação de tratamento diferenciado entre cidadãos; o atraso nos reembolsos das despesas de saúde, havendo atrasos na comparticipação das ADM's superiores a seis meses, causando sérios desequilíbrios em orçamentos familiares muito debilitados; a necessidade de rever e aplicar em conformidade o subsídio de residência e adequá-lo à realidade, a necessidade de criar um suplemento que proteja os nossos camaradas em serviço nas regiões autónomas, a necessidade de estudar a eventual criação de um subsídio de penosidade para situações de embarque, navegação e voo, a necessidade de aplicar aos cidadãos em uniforme o previsto na legislação geral para as situações de uniões de facto.

A resolução destes problemas é fundamental para que a componente humana, afinal razão maior de ser da existência de qualquer organização militar, veja os seus direitos reconhecidos e a sua condição de cidadão em uniforme generalizadamente respeitada. Porque nos anima um elevado sentido de Estado, que não reconhecemos ser exclusivo de qualquer elite, reafirmamos a nossa disponibilidade para lutar pelos direitos dos militares Sargentos, onde quer que a trincheira do combate se situe, para que *Formar, Cumprir e Progredir* sejam um objectivo realizado.

Como conclusão, importa realçar que apesar de todos estes reparos, reconhecemos a efectiva necessidade de uma eficaz execução da LPM, se esta tiver como verdadeiro sentido a modernização das Forças Armadas, factor igualmente contributivo para o engrandecimento da componente humana, quando servida pelos instrumentos adequados ao desempenho da sua elevada missão.

Continuaremos assim a ser capazes de *Formar e Cumprir* na perspectiva de nos ser reconhecido o direito de *Progredir*. •

OS MILITARES E A QUESTÃO RETRIBUTIVA

Muito recentemente, a opinião pública foi bombardeada com notícias referindo um aumento substancial para as FFAA, precisamente no momento em que o Governo dava eco da sua intenção de congelar os vencimentos para a generalidade da Administração Pública.

Apesar do desmentido e da clarificação da situação prontamente feitos pela nossa Associação, não podemos deixar de, uma vez mais, o fazermos. O que efectivamente o que se passou, foi o merecimento do legislado desde 2000, e contido no Regulamento de Incentivos ao Regime de Contrato e Voluntariado (RC/RV).

Sabendo nós, como sabemos, o que uma desinformação deste tipo pode provocar, como sentimento negativo da população em relação aos seus militares, muito estranhámos que por parte da tutela não tenha sido feito qualquer tipo de reposição da verdade. A quem poderá, eventualmente, servir este tipo de desinformação?

Duma coisa temos a certeza, não serve as FFAA, nem aqueles que um dia as escolheram para servir o País, como "cidadãos em uniforme" que se orgulham de ser!

CORRECÇÃO RETRIBUTIVA

O ano de 2002, em termos de matéria retributiva, revelou-se de grande importância, não pelos montantes envolvidos, mas mais pelo significado da solução encontrada, pois ao fim de longos e árduos três anos de luta, conseguimos a tão almejada equiparação com os nossos camaradas da GNR.

Estamos convictos de que o que se alcançou não nos coloca no paraíso, nem tão pouco os nossos vencimentos passaram a ser regulados por um qualquer sistema perfeito. Temos a consciência de que pequenos problemas se colocam ainda nos postos de 2.º Sargento e Sargento Ajudante, pelo facto de não terem sido aceites, em sede de negociação, as propostas correctivas por nós apresentadas. Mas queremos acreditar que, sen-

do o montante necessário para os corrigir, de pequeníssima monta, os esforços que iremos fazer junto do MDN e neste novo advento de compreensão, ora estabelecido, irão acabar por levar, inevitavelmente à sua assunção e justa correcção.

Queremos lembrar a todos que, em sede negociação, ficou por nós estabelecido, com toda a clareza, que não iríamos abdicar do direito aos retroactivos desde 1999, por ser um direito inalienável que temos, pois se hoje nos foi reconhecida razão, ela também já era uma realidade à data do surgimento da injustiça ora reparada. Aliás, sobre esta matéria, foi por proposta nossa, com o objectivo de não criarmos qualquer tipo de

constrangimento a uma qualquer solução, e tendo consciência dos problemas económico-financeiros do país, que se decidiu separar a solução do problema da carga incómoda dos retroactivos, mas que a partir de 2003, retomáramos esta questão, conjuntamente com o MDN, sempre numa perspectiva de diálogo e cooperação.

Temos há vários anos vindo a denunciar que o actual sistema retributivo não passa duma manta de retalhos, não podendo ser considerado como um sistema sustentado, nem contendo filosofia de justiça e equidade interna e externa, e que por isso carece de um profundo estudo e debate, cujo resultado final promova e concilie progressão nas car-

reiras com progressão indiciária, de acordo, aliás com a filosofia constante do DL 184/89, que traçou as bases para o Novo Sistema Retributivo.

Mas também, nestes últimos três anos, afirmámos que tal estudo só era possível de ser considerado, depois de corrigidas as distorções mais evidentes, agora finalmente reconhecidas e sanadas com a recente correcção retributiva de equiparação, nos postos de 1.º Sargento e Sargento Ajudante. Estamos pois em condições de iniciarmos, em sede própria, esta discussão absolutamente imprescindível e inadiável. Temos consciência das dificuldades do país e dos esforços que diariamente são pedidos aos portugueses, mas temos também a consciência de quão difícil vai ser este estudo, de quanto tempo vai ser necessário para o concretizar, por isso, sem nos querermos transformar, num corpo à parte, relativamente à Nação, entendemos que juntamente com a tutela devemos partir no imediato para esta discussão, sem tibiezas nem amarras, antes sim, com frontalidade e seriedade, com espírito empreendedor e de cooperação, entre as partes interessadas.

Ensinou-nos a prática dos últimos tempos, que desta forma é possível! Nós acrescentamos, possível e desejável!

Os resultados alcançados em 2002, independentemente do seu valor material, trouxeram-nos um dado novo, para nós, a maior das vitórias – o facto de, pela primeira vez, na história das FFAA, uma alteração retributiva ter sido alcançada tendo por base uma negociação directa entre o Ministério da tutela e uma associação representativa de cidadãos militares. Foi um virar de página que queremos sincero e coerente no futuro, pois estamos convictos que desta forma se defende a estabilidade da instituição militar, passando o ónus da defesa dos interesses profissionais dos militares para as suas associações representativas.

Estamos preparados para este enorme desafio, contamos com todos vós para o enfrentar e vencer! Assim o exigem os novos tempos e a estabilidade da Instituição Militar! ●



Justiça e disciplina militar

Encontra-se em discussão na AR o tema a justiça militar e a disciplina militar. Esta matéria é essencial, em termos estruturais, para as forças armadas atento que tem sido esquecida pelos órgãos legislativos ao arripio dos mais elementares princípios do direito penal comum e dos direitos dos cidadãos militares em uniforme.

Em debate, até ao momento, estão 4 projectos de Lei: 3 do PS, que versam sobre a organização e funcionamento dos tribunais judiciais, código de justiça militar e estatuto dos juizes militares e assessores militares do ministério público; e 1 do PCP que versa sobre as bases gerais da justiça militar. Brevemente, juntar-se-à um projecto do Governo.

Uma delegação da ANS esteve, no dia 26 de Fevereiro, na Comissão de Defesa para ser ouvida sobre esta temática e se pronunciar sobre os projectos em discussão. Uma questão prejudicial foi logo colocada, ab-initio. É possível legislar sobre a justiça militar sem estarem aprovadas as bases gerais? As conclusões dos deputados relatores não são objectivas sobre esta matéria, arrematando que a Constituição parece contrariar a apresentação da lei de bases. Esta não é a

posição da ANS que defende que a organização da Justiça Militar deve ser feita através de uma lei de bases, aliás de acordo com o que determina o art. 32.º n.º 2 da Lei de Defesa Nacional e art. 17.º das Bases Gerais da Condição Militar.

Foram levantadas outras questões pertinentes e essenciais para a ANS, como por exemplo: Quais os tipos de penas disciplinares que vão ser consagradas no RDM; competência disciplinar para SCH e SMOR; garantia que a parte geral do Código Penal fique consagrado no direito penal militar; cumprimento da pena em estabelecimento prisional militar; a garantia de que os juizes militares, para além de serem licenciados em Direito, frequentem com aproveitamento o CEJ; o âmbito de aplicação das disposições da lei penal militar nas missões internacionais de paz e no estrangeiro; o problema da toxic dependência e do álcool no direito penal militar, etc.

Certamente, no decorrer deste complexo processo legislativo, voltaremos à Assembleia da República e, obviamente, sempre que tal aconteça, abordaremos neste jornal este marcante assunto para os sargentos de Portugal. ●

Actividade ASSOCIATIVA

Na intensa actividade associativa que vem caracterizando o dia a dia da nossa associação, e desde o último número do "O Sargento", destacamos algumas actividades, sem que isto signifique minimizar todo o trabalho que diariamente decorre na nossa sede social:

- 04DEZ2002 – Audiência com o Grupo Parlamentar do CDS/PP, na AR;
- 11DEZ2002 – Jantar de Natal no CASO/IASFA, em Oeiras, para os Sargentos da área de Lisboa;
- 12DEZ2002 – Audiência na Casa Militar da Presidência da República, com o TGen Faria Leal e assessores militares;
- 10, 11 e 12JAN2003 – Deslocação aos núcleos de Viseu, Lamego, Vila Real, Chaves, Porto e Aveiro de uma equipa da Direcção;
- 14JAN2003 – Audiência com o CEMA, Almirante Vidal de Abreu;
- 16JAN2003 – Deslocação ao núcleo de Évora, Elvas e Estremoz de uma equipa da Direcção;
- 18JAN2003 – Participação em colóquio organizado pela AOFA sobre "Ensino Superior Militar";
- 22JAN2003 – Audiência com o Grupo Parlamentar do PSD, na AR;
- Audiência com o CEMGFA, Almi-

rante Mendes Cabeçadas;

- 25JAN a 05FEV2003 – Deslocações pelo País, para as comemorações do 31 de Janeiro;
- 01FEV2003 – Tomada de posse dos novos órgãos sociais do Clube do Sargento da Armada, em Lisboa;
- 08FEV2003 – Tomada de posse da comissão administrativa da Delegação do CSA, no Feijó;
- 13FEV2003 – Audiência a uma delegação do PCP, na nossa sede social;
- 14FEV2003 – Tomada de posse dos novos corpos gerentes do SMMP – Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, em Lisboa;
- 20FEV2003 – Cerimónia na Embaixada da Rússia, por ocasião do "Dia dos Defensores da Pátria";
- 22FEV2003 – 28.º Aniversário do CSA, na sua sede social, em Lisboa;
- 24FEV2003 – Tomada de posse dos órgãos sociais da AOFA, em Oeiras;
- 25FEV2003 – Conferência no IDN – Instituto da Defesa Nacional sobre o tema "Conflitos Modernos, os Media e a Opinião Pública";
- 26FEV2003 – Audição na Comissão de Defesa da Assembleia da República, sobre CJM e Tribunais Militares;
- 3.º Aniversário da APA – Associação de Praças da Armada. ●

DIA NACIONAL DO SARGENTO

UM MARCO HISTÓRICO

As comemorações do Dia Nacional do Sargento tiveram este ano, e pela primeira vez, um reconhecimento inequívoco do associativismo militar por parte do Governo. Nas cerimónias realizadas na Voz do Operário, o primeiro-ministro fez-se representar pelo assessor militar, general Dias Afonso, e, em representação do MDN estiveram presentes os chefes de gabinete do ministro e do secretário de Estado da Defesa. O CEMGFA e os CEME, CEMA e CEMFA fizeram-se igualmente representar pelos respectivos chefes de gabinete. A Presidência da República esteve representada pelo chefe da Casa Militar. Na cerimónia promovida pela ANS estiveram também presentes, entre outras instituições, representantes da AOFA, ADFA, ANCE, ANMM, APA, Associação 25 de Abril e dos clubes militares CSA e CSFA. Foram recebidas mensagens de D. Januário Torgal Ferreira, Bispo das Forças Armadas, assim como, do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público. A ANS realizou sessões comemorativas em 16 locais, de norte a sul, incluindo regiões da Madeira e Açores (Ponta Delgada e Terceira). No continente realizaram-se iniciativas, além de Lisboa, nas seguintes localidades: Beja, Figueira da Foz, Entroncamento (Vila Nova da Barquinha), Estremoz (juntando também os núcleos de Évora e Elvas), Vila Real (com Lamego), Viseu, Chaves, Porto, Tavira, Coimbra, Leiria (com Monte Real), Aveiro e Fóia (Algarve). •

Uma vez mais reunimos para homenagear o acto heróico daqueles que, há 112 anos atrás, em 31 de Janeiro de 1891, e mais particularmente na cidade do Porto, tentaram a implantação da República. Nunca é demais lembrar que no cerne da questão, então como hoje, estavam problemas relacionados com vencimentos, estagnação nas carreiras, para além da vergonhosa situação que Portugal vivia em relação à coroa britânica face ao "ultimatum".

Em boa verdade, aqueles que lutaram não venceram, no imediato. Foram mesmo vencidos. Mas a semente da sua luta não morreu e 19 anos depois a República tornou-se uma realidade.

Aqueles homens, que indubitavelmente acreditaram que lutando podiam não vencer, mas que não o fazendo, a derrota era uma certeza, merecem que os Sargentos de hoje perpetuem a sua memória e dignifiquem o seu exemplo, não cruzando os braços, não desistindo, mas lutando! Lutando com a convicção própria de quem tem a razão do seu lado, e como disse o poeta, "a razão mesmo vencida não deixa de ser razão!..."

É este o mote, camaradas. Não baixar os braços, pois longas e penosas lutas se avizinharam. É se o que nos anima são as razões que nos assistem, então só temos um caminho: cerremos fileiras e avancemos!

Mas porque a memória dos homens tende a ser curta, convém aqui lembrar algumas vitórias que não merecem ser desvalorizadas:

▲ Se hoje a nossa associação de carácter sócio-profissional é uma realidade, isto deve-se a alterações introduzidas no tristemente famoso Artigo 31 da Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas. Foram anos de luta. Punições, perseguições, escandalosos atropelos ao consignado na Constituição da República, mas por via da nossa perseverança e resistência, vencemos! E hoje somos reconhecidamente uma voz a ser ouvida embora ainda nem todos os ouvidos assim o entendam... mas lá chegaremos!

▲ Mais recentemente, a equiparação ao sistema retributivo da GNR, reparando uma injustiça gritante que desde 1999 vinhamos denunciando. Já então defendíamos que sem esta equiparação não se poderia partir para uma base de discussão de um qualquer novo sistema retributivo em condições justas. Fruto de muita luta, com o recurso a imagi-

nativas formas de pressão, fez-se finalmente a equiparação. Merece ser assinalado o facto de ter sido a primeira vez que uma matéria desta importância foi negociada exclusivamente entre a tutela e uma associação representativa de militares. Não é totalmente como a desejaríamos, pois há pormenores que os decisores não quiseram integrar. Mas é uma realidade e como tal, aqui estamos para nos batermos pelas necessárias e previsíveis correcções

▲ Na sequência de uma grande jornada de reflexão a nível nacional levada a efeito pelos militares, de diversas audiências aos mais variados níveis, de inúmeras outras formas de pressão, vimos as propostas de alteração ao Estatuto de Aposentação serem, por um lado clarificadas pelo Sr. MEDN, em sede de comissão parlamentar, quanto à sua não aplicabilidade aos militares; por outro lado solicitada pelo Sr. Presidente da República a sua fiscalização pelo Tribunal Constitucional. Aguardamos com expectativa os resultados!

▲ Aspiração antiga da ANS e dos Sargentos de Portugal, pois foi em 1998 apresentada como projecto à tutela, ganhou finalmente corpo a "Linha Verde para apoio aos familiares dos militares em missão com ausência prolongada do seio familiar". Esperamos que os meios humanos e materiais postos à disposição deste serviço permitam cumprir o projecto por nós idealizado! Se o importante foi implementar, essencial agora é adaptar este novo serviço à realidade e forjá-lo na experiência do dia a dia, poten-

une é o facto de sermos ou alguma vez termos sido Sargentos de Portugal, daí a nossa satisfação pela correcção ora efectuada. Haverá, contudo algumas arestas para limar, mas cá estamos para ajudar a encontrar as soluções a contento de todas as partes.

Elegemos 2003 como "Ano das Carreiras", em que o lema escolhido "Formar, Cumprir, Progredir" será a tônica das nossas intervenções. Não quer isto dizer que vamos de forma alguma descurar todos os aspectos pelos quais temos vindo a lutar. Não! Correcções de injustiças retributivas, suplemento de residência, subsídio de insularidade, problemática das uniões de facto, complemento de pensão, reconstituição das carreiras e outros aspectos desta índole continuarão a merecer a nossa atenção. Mas a prioridade será dada à tão urgente questão da dignificação da carreira do sargento. Temos na Assembleia da República a nossa petição com a proposta de alteração ao EMFAR onde elencamos uma série de aspectos que, a serem aprovados, introduzirão alterações significativas nas carreiras militares. Tudo faremos para que os aspectos mais importantes que configuram injustiças relativas, tratamentos diferenciados entre iguais, sejam revistos e sempre que possível, corrigidos.

Mas é necessário, diria mesmo é fundamental que o apoio de todos vós, Sargentos de Portugal, se faça sentir sem reservas. Só em união, com a força que inequivocamente temos, chegaremos aos objectivos por nós



Voz do Operário



Núcleo da ANS na Região da Madeira

ciando-o e moldando-o à medida das necessidades!

▲ Finalmente, e já este ano, deu-se cumprimento ao que afinal estava previsto na Lei do Serviço Militar, e que repetidamente vínhamos referindo e alertando, relativamente aos militares em RC/RV. Fez-se a equiparação retributiva aos militares do QP. Independentemente da forma de prestação de serviço ou situação, quer seja na reforma, na reserva, no activo, em regime de contrato, voluntariedade ou na disponibilidade, o que nos

traçados.

Com realismo, com sensatez, com maturidade e serenidade saberemos ultrapassar os obstáculos que continuamente se nos deparam, saberemos evitar as vozes doces daqueles que levados por qualquer visão de oportunismo barato nos indicam caminhos que não queremos traçar, saberemos distinguir entre os que abnegadamente, de peito feito e cara descoberta defendem os nossos princípios e outros que encapotadamente a reboque de um qualquer apoio menos claro tentam lançar dúvidas no espírito dos nossos camaradas.

Só com forte confiança, união e entendimento, e uma grande consciência de cidadão em uniforme, poderemos continuar a dizer com convicção:

"Quem luta pode não vencer no imediato, mas quem não luta está imediatamente derrotado..." •



1891 - 2003

SAGA DOS SARGENTOS

O 31 de Janeiro de 1891. É incontestável a origem patriótica deste Movimento. Romper com a tradição; desprezar os dís; desembainhar a espada sem escudo que proteja o corpo; contestar toda a autoridade constituída viciada; reclamar-se de simples direito natural e da soberania da nação, isto foi o que fizeram os de 1891.

Para a Revolução de 1891 não foram somente os sentimentos patrióticos humilhados pela Inglaterra. A revolução foi a réplica à burla do *modus vivendi* estabelecido na época.

O Tesouro Público encontrava-se em apuro. Não se podia agravar mais os impostos; negociava-se um imenso empréstimo ao País.

O Poder Absoluto não levava Portugal a mudar de rumo na sua vida financeira tradicional. Não fazia qualquer tentativa para corrigir os erros de administração. Não se propunha inaugurar uma existência normal de trabalho e economia, preferia iludir com as eternas habilidades dos opressores.

O Poder Absoluto prolongava indefinidamente a crise de uma nacionalidade dilapidada e espoliada pelo estrangeiro, vindo à situação interna oferecer parcas garantias ao trabalho remunerado.

Os portugueses, em particular os do interior, abandonavam a terra, fugiam e a massa esgotados pela espoliação e o fisco e preferiam ir-se, a ficar a agonizar na lentidão de uma miséria diariamente exacerbada e furiosa.

E, para que o país se salvasse de uma catástrofe irremediável, desde que a revolução se lhe não acudisse, é que eles, os de 1891, tomaram mão das armas. Honra eterna para eles.

O tempo passou, mas pelo tempo presente, podemos ter a noção de que passaram os nossos camaradas naquele tempo. Tempos de prepotência, de sobra, de vexame.

Ainda existe ausência de dignidade, direitos de homem, mas muito tem sido dado. Por isso é legítimo o orgulho com que os sargentos celebram esta Comemoração.

Das novas gerações temos visto também um trabalho extraordinário. O trabalho feito nestes últimos anos, nestes

últimos tempos, em prol da dignidade dos sargentos, de todos os militares e pela democratização das Forças Armadas.

Com o seu espírito inconformado têm sido capazes de criar uma extraordinária atmosfera político-moral e ético-militar digna dos sargentos e do seu decoro.

Têm sido capazes de analisar bem os problemas que têm, por que os conhecem. Problemas especialmente das Forças Armadas mas também de todo o País.

E é bom que se saiba que um acumulado de prejuízos, de há 16 anos para cá, vêm atingindo os militares.

Os salários têm vindo a degradar-se constantemente. Basta verificar-se a evolução da razão do chamado "índice 100" e o Salário Mínimo Nacional. Em 1990 era de 1,01; em 1995 de 0,95; em 2000 de 0,92; e em 2002 de 0,89. Diminuição de recursos de ano para ano, redução do poder de compra ano após ano.

Podemos dizer à vontade que o crescimento da massa salarial da Função Pública, não tem nada a ver com melhores salários para os militares. Tem sim a ver com massa salarial para altos cargos públicos. Com o crescimento de cargos dirigentes: administradores, directores-gerais e assessores, com bastos salários e outras regalias.

Os militares não são pagos por tabelas ditadas de pessoal político ou dirigente.

É bom que se saiba que os vencimentos desproporcionados e injustos são uma chaga revoltante que gera mal-estar e mau-ambiente, também na família militar.

Isto cria a necessidade de rever e corrigir adequadamente o regime remuneratório dos sargentos, dos militares.

Por outro lado, é inaceitável a existência de Complementos de Pensão em atraso; de participações da Segurança Social em atraso, como se as Forças Armadas fossem uma multinacional de passagem pelo País. Porquê sucessivas medidas anti-sociais? Como redução de medicamentos comparticipados, redução de valências médicas?

Porquê esta tendência para reduzir garantias e baixar o nível de vida dos militares?

Também a carreira dos sargentos é

uma frustração. Comprova-se que a carreira conduz rapidamente ao desencanto e ao malogro. Não é aliciante nem motivadora para a generalidade dos sargentos.

A situação não dignifica a Instituição Militar nem a Administração Superior do Estado. É prejudicial para os sargentos e para a própria Instituição Militar.

Também a não progressão nos Escalões e nas Categorias, por imposição governamental, são medidas anti-profissionais e anti-sociais e levam, ainda, a baixas pensões de reforma devido ao atraso ilegítimo da progressão nas carreiras.

Não basta dizerem-nos que pertencemos a uma Instituição com um papel insubstituível na sociedade que servimos... que defendemos valores perenes da Nação. Não basta isso. É preciso respeitar os militares e a Instituição.

Impõe-se cumprir a Lei-Orgânica do Regime de Audição (3/2001) e honrar os militares e as suas Associações Profissionais Nacionais.

Existe um enorme conjunto de matérias que há muito esperam. Questões que estão colocadas em cima da mesa e que há muito deviam estar resolvidas: - Carreiras, funções, estatuto, avaliação do mérito, índice 100, higiene e segurança, OJM, RDM, Tribunais Militares, alojamentos degradados, Reforma-Aposentação, etc.

Tudo isto continua esquecido e nota-se que há muita anestesia no ar. Como as Forças Armadas bateram bem fundo veio de lá o discurso da moral, dos valores, pátria e poupança.

E só por ser tão evidente, perante a Europa e o mundo, a afrontosa mesquinhez para com os militares portugueses, lá veio, tarde e a más horas, a "linha verde" e a "equivalência" da condição militar a uma Força de Segurança Pública.

Também o pagamento devido aos RCs e RVs de acordo com aquilo que a lei estipula, apareceu na comunicação social como um "aumento" e, nalgumas notícias surgiu: "o MDN aumentou militares".

A opinião pública estupefacta leu e ouviu e julga que é verdade. Estão a ver camaradas: Passa-se a mensagem de que o MDN aumenta os militares quando a governação aperta o cinto à maioria dos cidadãos. Os militares são os protegidos do magnânimo MDN.

Mas tudo não passa de guerra psicológica, manobras, manobras de informação e contra informação, fazendo por ignorar que os militares não quiseram, nem querem, o mais ínfimo benefício, de qualquer género que seja, em relação aos seus concidadãos.

E assim se passa o tempo, diálogos, audiências, adiamentos. E assim se vai levando a água às portas do velho moinho carcomido, sem que apareça uma política concreta que resolva os problemas de fundo dos sargentos, dos militares, das Forças Armadas.

Não é apenas com esperança que transformamos a realidade. Precisamos de convicções e práticas que conduzam a alterações.

Os camaradas sabem bem o que signifi-

fica ser militar. É o primeiro em tudo quando há um trabalho difícil, uma missão a cumprir, um risco, um sacrifício. Os militares têm que ser exemplo, dizem-nos.

E os sargentos têm sido o exemplo. A sua prática desenvolveu consideravelmente a nossa consciência e criou as condições que hoje temos para os anos futuros.

Teria sido possível falar de êxitos que temos alcançado na resolução de problemas dos sargentos, das próprias Forças Armadas, sem o trabalho contributivo da associação Nacional de Sargentos?

A Administração sozinha, só o Estado, não puderam resolver esses problemas. A ANS não tratou de debilitar o Estado mas sim de fortalece-lo, para que bem cumpra as suas tarefas.

E essas tarefas de reunir problemas dos militares, dos sargentos, de mobilizar energias e inteligências, de organizar e dirigir, na procura de soluções justas, só podem ser levadas a cabo em conjunto, com a Associação Nacional de Sargentos.

É preciso que os sargentos analisem os seus problemas sempre com profundidade e percebam que as fontes inspiradoras e dinamizadoras da subversão dos valores democráticos, desejam que os sargentos vejam somente os seus problemas pelo lado financeiro.

É necessário perceber e distinguir gestão mediática e propaganda de política consistente.

É preciso mais pensamento estratégico sobre Portugal e o seu futuro e menos malabarismos enganosos.

É preciso não compartimentar os problemas da Classe, dos militares, dos problemas gerais.

É preciso pensar os problemas da Classe e das Forças Armadas, olhando para os enormes retrocessos noutras áreas da vida social e política.

É preciso não olhar só para o umbigo, não ir no engodo.

É preciso que os sargentos percebam que recebem mais uns cobres mas que as propinas vão aumentar. A luz, a água, o gás, o combustível, os transportes, a alimentação, já aumentaram. Empresas atrás de empresas fecham e nós também temos lá famílias; o trabalho está prestes a deixar de ser um direito constitucional; a reforma está prestes a deixar de ser um direito fundamental. A protecção constitucional da saúde deixará de existir. A assistência médica será para pagar.

Ora, este modelo de vida não leva ao aumento do bem-estar social e económico, não leva ao aumento da qualidade de vida das pessoas, à tranquilidade do país.

Então, e os sargentos, os militares, não se interessam por estes problemas nacionais? Isto não faz parte da nossa vida?

É minha convicção que certeza que faz. Que é com sobressaltada atenção que os sargentos não se diferenciam dos seus concidadãos, nem se desinteressam das preocupações que os agitam. ●

Armando Parreira
(in comemorações do 31 de Janeiro,
Voz do Operário, 2003)

O 31 de Janeiro e os jovens do Porto

A Escola EB 2.3 de Miragaia, no Porto, publicou um Boletim Comemorativo da Revolta de 31 de Janeiro de 1891, com objectivo de dar a conhecer aos jovens "um dos marcos da História do Porto". É uma bela iniciativa que aplaudimos e um exemplo a seguir por outras escolas. Bem hajam! ●

Abriu-se uma nova página

Com a ida do Governo e das Chefiadas Militares às comemorações do 31 de Janeiro - Dia Nacional do Sargento, abriu-se uma nova página nas relações com o poder.

Foi com grande satisfação que ouvi os nomes dos representantes desses cargos. E digo: só não fica satisfeito quem não sabe ou se esqueceu de como foram até há bem pouco tempo as comemorações do 31 de Janeiro e outras iniciativas dos sargentos.

A satisfação não era só pela presença de tão ilustres convidados, era também por ter a consciência que aquelas presenças estavam ali sem termos abdicado dos princípios que nortearam a criação e desenvolvimento da ANS. A confirmação que o reconhecimento do direito de associação dos militares se conseguiu defendendo, em todos os momentos, os valores que enobrecem e enriquecem os cidadãos militares: A firmeza, a frontalidade, a dignidade, a camaradagem.

Os sargentos, por saberem e terem consciência da importância que as relações fraternais e institucionais têm na resolução dos problemas, sempre convidaram essas entidades. No entanto, a sua resposta não foi a comparação nas nossas comemorações. A resposta, durante anos, foi o silêncio, a perseguição, a detenção, a prisão e até a expulsão de camaradas das fileiras.

Quem não se recorda de como foram as comemorações de 1980, em que nas vésperas choviam mensagens nas unidades a intimidarem-nos, que não podíamos comemorar o 31 de Janeiro, etc.?

Quem não se recorda do interrogatório pidesco feito a todos os sargentos da Armada, e as expulsões de quatro sargentos da Marinha a seguir a essas comemorações?

Quem não se recorda das prisões e das detenções de camaradas e dos processos levantados a tantos outros, só porque nas nossas comemorações intervinham sobre os problemas dos sargentos?

Quem não se recorda o que passou a nossa comissão pró-estatuto?

Cito apenas o episódio da entrega do nosso projecto de estatuto na Assembleia da República: O primeiro-ministro da altura, dr. Mota Pinto, não gostou e exigiu, ao presidente da Assembleia da República, que lhe desse os nomes desses sargentos que entregaram o documento. (Era, como calculam, para nos louvar!). Tivemos sorte, pois o Dr. Fernando do Amaral, na altura o presidente da Assembleia da República, disse que não, pois os cidadãos têm o direito de se dirigirem aquele órgão de soberania, e, por isso, não podem ser molestados.

E, já depois da constituição da Associação Nacional de Sargentos, quem não se recorda das detenções de quase uma dezena de dirigentes da ANS por entregarem um estudo para melhorar a tabela de vencimentos apresentada pelo ministro da Defesa, Fernando Nogueira? Estudo que a realidade veio depois comprovar estar correcto.

Quem não se recorda das mensagens enviadas para as unidades a intimidarem-nos, deterem-nos e até a prenderem-nos, porque diziam ser proibido afixar comunicados e outros documen-

tos da ANS? Como se a ANS fosse uma associação ilegal, etc.

Quem não se recorda do pedido do ministro Fernando Nogueira à Procuradoria-Geral da República sobre a legalidade da ANS?

Quem não se recorda da prisão de um dirigente da ANS só porque, nessa condição, fez declarações na TV? Com a agravante que não foi castigado por aquilo que disse, mas apenas, por ter a ousadia de o dizer. Recordo que este dirigente no dia que saiu em liberdade foi recebido com uma grande manifestação de sargentos, a qual decorreu desde o Portão Verde, no Laranjeiro, até à Cova da Piedade, onde aí, num encontro na SFUAP, sentiu, de centenas de camaradas que não se intimaram com a prisão, os abraços, as palavras e o calor da solidariedade.

Quem não se recorda dos processos e detenções de dezenas de sargentos da Armada só por entregarem aos oficiais de serviço propostas com as suas aspirações?

Quem não se recorda do dirigente da ANS que por distribuir comunicados da Associação de que era dirigente, lhe foi levantado um processo, do qual resultou ficar detido, uma série de dias, na Base Aérea do Montijo?

Quem não se recorda do processo levantado ao actual presidente da direcção da ANS só porque, nessa condição de dirigente, fez declarações à comunicação social? Diga-se, que só não foi castigado porque se levantou, à sua volta, uma onda de solidariedade que impediu o castigo.

Foi ter a consciência e o conhecimento destes factos que a presença desses convidados me deu satisfação e me recordou que a legenda do nosso símbolo - *Quão difícil nos temos movido* - não caiu do céu.

Gostaria também, para não ser acusado de ingratidão, de dizer que nem todos os órgãos de soberania e nem todos os partidos tiveram esta actuação para connosco.

Alguns, receberam-nos com dignidade e ouviram-nos. Outros, além de nos receberem e ouvirem até nos ajudaram, com a apresentação de propostas na Assembleia da República e com a chamada de leis para ratificação na mesma Assembleia.

Termos mantido sempre forte a convicção que quem luta pode perder, mas quem não luta já perdeu, criou esta nova realidade: Reconhecidos na lei e de facto.

Esta é a nova realidade, agora é dela que temos de partir para novos projectos de defesa dos sargentos. Única razão da existência da Associação Nacional de Sargentos.

Tenho a certeza que na nova realidade, a ANS e os seus dirigentes, continuarão a pautar-se pelos mesmos caminhos, princípios e valores que a têm guiado e lhe granjearam o prestígio e o respeito que goza na classe, na instituição militar e na sociedade.

Parabéns, pois, à nossa ANS. E desculpas aos camaradas que participaram em lutas e não referi. ●

Custódio de Jesus

O 31 de Janeiro e a Imprensa

José Augusto Seabra (*)

Ao evocar-se a história do 31 de Janeiro, primeira tentativa de implantação da República em Portugal, não se tem dado o devido relevo ao papel preponderante da Imprensa republicana do Porto na génese, preparação e eclosão desse levantamento heróico e trágico. Ela foi, no entanto, sem dúvida, o principal meio não só de propaganda do republicanismo, mas também de aliciamento e organização dos revoltosos, tanto civis como militares. Pela pena talentosa de mentores e conspiradores audazes, como João Chagas, José Pereira de Sampaio (Bruno), Basílio Teles, Emídio Garcia, entre outros intelectuais, jornalistas e simples cidadãos, foi-se criando o ambiente que, em protesto contra a humilhação do "ultimatum" e a submissão a ele da monarquia, levou à convicção de que só a República poderia defender a dignidade nacional ultrajada e restituir ao povo português a sua soberania, isto é, a sua independência e a sua liberdade.

Como escreveu João Chagas na "História da Revolta do Porto", que publicou em colaboração com o ex-tenente Coelho, esse "é o momento em que uma nova imprensa surge, reflectindo não já os interesses especiais do Partido Republicano, mas as cóleras e os entusiasmos do patriotismo, identificado com a República para a missão comum da desfrontera". E ele pôs assim em relevo - eis o mais importante! - que "essa imprensa manterá toda a intensa crise moral do ano de 1890 e, pelo seu ardor e pela sua audácia, ateará a revolta do Porto, que nela encontrará a sua mais activa e eloquen-

te instigadora". A tal ponto, concluía Chagas, que "a sua história é inseparável da história desse movimento revolucionário".

Tendo um dos primeiros títulos projectado, proposto por Emídio Garcia, sido o da divisa positivista "Progresso e ordem" - à maneira da República do Brasil, implantada em 1889 e que tanto influenciou os republicanos portugueses -, optou-se antes, finalmente, pela palavra República, que deu o nome a um diário lançado, por iniciativa de João Chagas, em 18 de Abril de 1890, mas teve curta duração. Isso não desanimou Chagas, que em 1 de Setembro do mesmo ano fundou um outro jornal: "A República Portuguesa". Este "estava destinado a ser o agente provocador da revolta do Porto", orgulhava-se ele. Na verdade, a sua publicação prolongou-se até à madrugada de 31 de Janeiro, tendo o seu último número anunciado, às 4 da manhã, "o fim da monarquia de Bragança em Portugal", a que poriam termo os revoltosos, "proclamando a República!".

Importa salientar que os meios financeiros e técnicos para a publicação desse jornal republicano se devem a três pequenos industriais do Porto, proprietários de uma oficina gráfica e de impressão - a Empresa Literária e Tipográfica - e donos de uma livraria: Dionísio Ferreira dos Santos Silva, Joaquim Leitão e Alvarim Pimenta. O primeiro é, note-se!, um ascendente da conhecida família de republicanos portugueses, de sucessivas gerações, cujo nome ficou assim ligado ao 31 de Janeiro, tendo tido em Eduardo Santos Silva - ministro da Instrução da República e presidente da Câmara Municipal do Porto - o seu mais

elevado expoente após o 5 de Outubro.

Violando a chamada Lei da Rolha, com que em Abril desse ano de 1890 o Governo havia tentado amordaçar a Imprensa democrática, "A República Portuguesa" adoptou um tom e um estilo de combate, com artigos violentos de ataque frontal ao rei e ao Ministério, ao lado de apelos directos à revolta, subscritos por vezes por militares. A sua postura foi bem retratada por Guerra Junqueiro, ao dizer um dia: "Este jornal dá a impressão física da arremetida".

Relendo a colecção integral de "A República Portuguesa", que devemos a uma oferta generosa do bibliógrafo Alfredo Ribeiro dos Santos, pudemos verificar a justeza da metáfora taurina do poeta da pátria. Trata-se, de facto, de um modelo de jornalismo revolucionário, apaixonado e veemente, onde pulsam a convicção e o idealismo, numa linguagem em que a retórica é movida por uma agressividade verbal apontada ao alvo inimigo, através da mobilização de todos os recursos da eloquência discursiva, mas de que emerge a generosidade do sacrifício por uma causa sagrada. Veja-se o artigo de João Chagas, escrito nas vésperas da revolta, na Cadeia da Relação, no qual fazia um apelo ao levantamento, mesmo com premonição do risco da derrota: "Pois bem! Batidos, vencidos, eu, nós, os meus companheiros de combate, recomeçaremos em qualquer parte em que estejamos, aqui ou na terra estrangeira, dando o nosso sacrifício pessoal, entregando a nossa felicidade, a nossa vida à causa da pátria e da liberdade... E enquanto existirmos haverá guerra".

Outros jornais desempenharam igual-

mente um papel activo na revolta do Porto, como "Justiça Portuguesa", de que era "proprietário, editor e redactor" Santos Cardoso, um dos conspiradores do 31 de Janeiro, controverso embora e algo demagógico. Mas há que relevar, ainda, um jornal ligado a um sector cuja participação no levantamento militar foi importante: o dos sargentos. Estes dispunham do periódico especial intitulado "O Sargento", que havia começado a publicar-se em Coimbra, em 1888, como "órgão dos oficiais inferiores do Exército Português", sendo inicialmente de carácter reivindicativo, antes de ter passado, depois do "ultimatum", a tomar posições de nítido apelo à revolta. Nesse jornal e em comunicados ou proclamações inseridas em "A República Portuguesa", a palavra de ordem era clara: "Às armas!". Se ao nível dos oficiais superiores a adesão ao 31 de Janeiro foi algo restrita - o capitão Leitão, o tenente Coelho, o alferes Malheiro e poucos mais -, o certo é que se devem aos sargentos e aos soldados que os seguiram algumas páginas onde de antemão ficou indubitavelmente escrita, na Imprensa republicana, a sua heroicidade por vezes anónima.

É justo que a dignidade, o altruísmo e o talento dos que nos legaram essa Imprensa sejam objecto de uma homenagem cívica, em mais este aniversário do 31 de Janeiro, que continua a simbolizar a actualidade permanente do republicanismo em Portugal. ●

(*) embaixador e professor catedrático (in Jornal de Notícias, 31 de Janeiro de 2003)

O TEMPO...

Ao se comemorar o 31 de Janeiro de 2003, por si só, se vira, mais uma página na História da Associação Nacional de Sargentos e do associativismo militar português.

Foram aqui recordadas vitórias à "guilhotina" de balanço, relativas ao ano transaccional, vitórias essas, que são também um pouco de nós todos, pois, o associativismo faz-se com os Homens e com o célebre "Artigo 31".

Todas elas, traduziram-se, essencialmente, na aquisição de um "know-how", e, com certeza, teve e tem, um lugar e destaque em todo o processo social português, quer no que diz respeito direto à área do colectivo, onde todo o associativismo militar português, demonstrou que tinha espaço para respirar e para andar, dando uma mais valia, para o engrandecimento da sociedade portuguesa e, porque não dizê-lo?, e Portugal, no que diz respeito à área do individual, desenvolveram-se cada vez mais "os valores", que são timbre da lucação castrense, permanentemente fortalecidos pelos vários grupos associados, deste quadrante da sociedade portuguesa. Sobre esta matéria muito se discute, nos mais variadíssimos sectores sociais, o que por si só, é salutar e de enalcer, mas o que talvez não o seja, é que

dessas discussões não nasce a "Luz".

Mas meus senhores, "os Valores" valem, ponto final.

Entretanto, apercebo-me que todas as vitórias aqui apresentadas e lembradas, já têm barbas brancas, isto é, nasceram no século passado e estão a morrer lentamente neste século. Bem, como diz o povo, "mais vale tarde do que nunca..." e "o saber esperar é uma grande virtude..."

No fundo, todas as acções tiveram "o tempo", como denominador comum, assim sendo.

Com esta transição temporal, verifico, que, "o tempo" como unidade de medida, foi um interveniente de peso em todo o jogo sócio-político, muitas das vezes utilizado como arma, como elemento condicionante, como adversário, em suma, uma autêntica "caixa de pandora...", esta postura tem e teve como objectivo, desgastar e quiçá aniquilar o associativismo... mas tal não foi conseguido, nem será, bem pelo contrário, isto é, o associativismo está bem de saúde e recomenda-se...

Forçosamente "o tempo" passou a fazer parte da vida associativa e a ser utilizado estrategicamente, desde então, o caminho a percorrer nunca mais foi o mesmo.

De qualquer forma, na sua essência, "o

tempo", é um conceito artificial, criado pelo homem, para tornar a infinitude da eternidade é do universo mais suportável.

Visto que inventámos o conceito de "tempo", somos também, capazes de moldá-lo de certa forma e de fazer "truques" com ele (passo a expressão).

Por exemplo; poderemos identificar "o tempo" através do seguinte enquadramento:

"O tempo" de uma criança, é longo e lento, logo, muito vasto.

"O tempo" de um adulto, passa zunindo, logo, assustadoramente rápido.

"O tempo", portanto, depende da percepção e nós sabemos, que pode ser alterado intencionalmente. Esta é a primeira coisa que temos de compreender, por forma, a dominarmos a arte de escolher o momento certo.

Se, um tumulto interno, causado pelas nossas emoções, tende a acelerar "o tempo", ao controlarmos nossas reacções emocionais, "o tempo" vai andar, bem mais devagar.

Esta maneira alterada de lidar com as coisas, tende a estender a nossa percepção do tempo futuro, abre possibilidades, que o medo e a raiva fecham, e nos dá a paciência, que é o principal requisito, na arte de escolher o momento certo.

Em questões associativas, descortina-se três os tipos de "tempo" com os quais temos de lidar, cada um deles, traz problemas que podem ser solucionados com habilidade e prática;

Primeiro existe "o tempo" longo – "o tempo" que se arrasta, por anos, e que deve ser administrado com calma e paciência. Devemos lidar com "o tempo" longo de preferência na defensiva – esta é a arte de não agir impulsivamente, e, de esperar a oportunidade certa;

Em segundo, temos "o tempo" forçado – é um "tempo" curto que podemos manipular como uma arma ofensiva, perturbando assim, a noção do "tempo" dos adversários;

E por fim, "o tempo" final – é "o tempo", em que um plano, tem que ser executado, com astúcia e rapidez. Esperouse, o momento é este, e não se pode hesitar ou vacilar.

"O tempo", no fundo, é uma mais valia, na complexidade crescente dos processos negociais, mas sabe-se, também, que ele não volta atrás e que é parte integrante das obras inacabadas.

Por conseguinte camaradas:

QUEM NÃO LUTA JÁ PERDEU!... ●

Carlos Fernandes de Carvalho

NÃO HÁ PÃO PARA OS MALUCOS!...

Mundo é composto de mudanças permanentes e em todas elas está patente uma aceleração que caminha pela estrada da cibernética. A ilustrar esta tese e em defesa das ideias, tomaremos como ponto de referência duas máximas de autores contemporâneos, servindo-nos simplesmente como motor propulsor para acicatar o engenho da mente e assim verificarmos a multiplicidade crescente das novas estruturas sociais:

— "o que é verdade hoje é mentira amanhã..."

— "só os burros é que não mudam..."

No tempo da outra "senhora", onde se manipulava o povo na direcção de Fátima, do Futebol e do Fado, era pensável assumir uma postura oposta, porque seria extremamente perigoso e era politicamente incorrecto, estas atitudes demonstrariam, quiçá, não só uma rotura com os "Valores" sociais de então, bem como, denunciariam uma tendência política contrária à imposição, de qualquer forma, ambas condenáveis pelo então regime vigente que através dos seus representantes estavam ao abandono e ao marasmo, um povo desprovido da mais elementar condição humana de cidadania, mas, esse povo, alterou o rumo da história e incrementou novos "Valores" à sociedade.

Com esta mudança repentina e no decorrer dos tempos, várias personagens conquistaram um lugar ao Sol neste país de brandos costumes, mas devido ao espaço que foram ocupando e ao oxigénio que foram queimando, desenvolveram-se várias assimetrias sociais, to é, uns apanham mais Sol e queimam mais oxigénio do que outros, dando origem a uma fauna muito específica.

Parafraseando um amigo, "a vida não é para lorpas". Não menos importante, este novo ambiente, trouxe é aos nossos dias, uma nova figura, o "Quinto Poder", que actuando de forma indirecta, pode fazer cair a rua o "Poder Institucionalizado" e cada vez mais os incrementa uma cultura de "massificação do pensamento" (no bom sentido, como é óbvio), arrastando-os isso sim, para a aquisição e para a partilha da informação, ginasticando as mentes, tornando-as mais ativas e conscientes, nesta sociedade onde se banha a democracia formal. Este "capital" individual de elevada qualidade e quantidade, traduz-se num potencial e capacidade analítica alicerçada no conhecimento e no saber.

Partimos do princípio que os pressupostos éticos mais elementares dos media, estão sempre presentes e por conseguinte, presume-se não existir espaço para a manipulação da palavra, porque se assim não fosse, tudo poderia estar em causa e nunca afirmariam através dos seus diagnósticos, que a Democracia está doente e que as suas instituições foram contaminadas por

vários vírus da mesma família, tais como: o suborno, a corrupção activa e passiva, a subjugação a grupos de pressão e outros, que a breve trecho se desenvolverão neste ambiente propício e pestilento.

Leva-nos infelizmente a crer, que estes vírus existem e que fazem parte da nossa sociedade, devido à permanente multiplicação crescente de partículas cleptocratas organizadas em cartel que se cruzam diariamente no ambiente que respiramos, mas o que não conseguimos descortinar, sobre esta matéria, é onde está a distinção entre o público e o privado e qual o tipo de elo que os liga...

Estes vírus, que são adquiridos por contágio ou por hereditariedade, têm a anuência, o compadrio e o amiguismo de uma panóplia de agentes institucionais e seus grupelhos que levam, isso sim, ao aparecimento de disfunções sociais e quer se queira quer não, dividem a sociedade em estratos, tal e qual como alguns países sub-desenvolvidos do continente africano ou asiático, isto é, articulam-se internamente como um "regime" tribal e de clã:

— no topo da pirâmide social estão os cleptocratas, senhores ricos cheios de manigâncias que só pensam na maximização da sua riqueza, que subtilmente evitam os impostos assumindo publicamente que não os pagam e atropelam tudo e todos para conseguirem os seus objectivos, são os principais vectores da doença e ninguém os combate porque atinge todos os sectores da sociedade ao nível do dirigismo, nunca são fiscalizados têm como divisa, o suborno;

— seguem-se os serviptocratas, de posição média-superior, articulam-se como sombras do grupo de topo, ajudam na obtenção dos objectivos de maximização da riqueza dos senhores dirigentes, têm pretensões de ascensão, pagam impostos sobre o rendimento mínimo mas ganham somas avultadas, não se gabam publicamente para não levantarem "ondas", o perigo de uma possível fiscalização é nulo;

— seguem-se os imbecis úteis, de posição mediana, trabalham para o grupo de topo que lhes retem os descontos na fonte e que não os entregam às instâncias competentes, pagam impostos e estão sujeitos a fiscalização permanente, vendem informações quando se sentem enganados, mas não têm qualquer tipo de progressão;

— seguem-se os imbeciloides, que se encontram numa posição abaixo da média, executam os trabalhos sujos que os grupos superiores se recusam a fazer e umas vezes são remunerados outras não, ninguém oficialmente os conhece, são marginais do procedimento fiscal, vão vivendo do expediente e ocupam temporariamente as prisões, servem de "bode expiatório" perante a sociedade e são instrumentalizados pelas enti-

dades governamentais;

— por fim temos os desgraçadoides, não têm qualquer estatuto, vivem dos caídos, não trabalham, não pagam impostos, são ignorados e escorraçados por todos os quadrantes da sociedade, incluindo as entidades estatais, em suma são o verdadeiro expurgo social.

Toda esta "fauna" não é nova, porque tem um enraizamento tão profundo que se julga já ser parte integrante da cultura deste povo voluntarioso, que o foi mas que já não o é.

Bem vistas as coisas, verificamos que só uma pequena franja da população é que não faz parte deste cartel mafioso e, por conseguinte, sustentam este país "à beira mar plantado" (provavelmente os produtivos estão na ordem dos 25% aos 30%), são estes os que pagam a crise e vão continuar a pagar o brilhante desenvolvimento sustentado. Segundo os media, num futuro muito próximo (já temos indícios na proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para o ano 2003), este grupo social cumpridor verá o seu estatuto e posicionamento social definido, através de um incremento de elevadas taxas tributárias, pagáveis em plena curva descendente da vida, no fundo, serão castigados por terem dado tudo de si durante uma vida inteira para a construção do seu país e terem optado por fazerem parte do aparelho produtivo nacional.

Sabemos que devido ao aparecimento das novas políticas globalizantes, o Estado Providência do pós guerra tem os dias contados, presume-se também que as funções desse mesmo Estado, em termos de política na área da segurança social, está a ser preparado por um cartel encabeçado pelas companhias privadas de seguros, por forma a chamarem a si esta função, cabendo-lhes a parte de "leão", prejudicando mais uma vez e seriamente o honesto contribuinte.

Obrigado aos media mais uma vez por este alerta atempado, pois continuam a prestar um serviço público de qualidade, baseado na investigação criteriosa, contribuindo assim para o desaparecimento da moda das suspeições, desenhando o rosto dos que não cumprem e se julgam acima da lei.

Assim sendo, julga-se urgente que cada cidadão faça uma análise criteriosa sobre todas as matérias dúbias, intervindo junto dos demais parceiros sociais e que da "diáspora" saia um grito mordaz e uno com elevado sentido de indignação, fazendo sentir às entidades competentes a obrigação de se cultivar em todas as instituições públicas uma postura de transparência, de equidade, de honestidade e de lealdade, onde a incompetência deve dar lugar à competência, servindo de exemplo a toda a sociedade.

"OS VALORES VALEM"

Digam BASTA aos aprendizes de feiticeiro. ●

Notícias da EUROMIL

CONTRIBUIÇÃO PARA O DEBATE SOBRE O FUTURO DA EUROPA

A EUROMIL, a organização europeia de associações militares, representa cerca de 500.000 militares e suas famílias, de 19 Estados europeus, entre os quais vários candidatos à integração na UE. A EUROMIL é a única organização não-governamental representativa deste tipo. A tarefa preliminar da organização é a representação dos interesses económicos e sociais dos militares europeus. As associações membro são ideológica e partidariamente independentes e têm uma estrutura democrática.

Porque o processo de unificação da UE não é exclusivamente económico, mas desenrola-se cada vez mais a um nível político, também o papel da EUROMIL, como organização democrática defensora dos direitos dos militares, está a ganhar importância a esse nível. Com o desenvolvimento da Política Europeia Comum de Segurança da UE (PECS) e da criação de corpos militares europeus para a execução da Política Europeia de Segurança e Defesa (PES), abriu-se um novo quadro para uma cooperação Europeia mais próxima a nível militar.

Também a declaração de Laeken trata duma integração mais forte da PES. Dela se conclui que o cidadão Europeu exige uma aproximação comum dos Estados Europeus, em todas as questões de cruzamento de fronteiras, pelo que é instintivamente sentido que somente a cooperação pode alterar certas tendências. Ao mesmo tempo o cidadão europeu deseja também mais Europa em matérias de política estrangeira, de segurança e de defesa, isto é: mais e melhor controladas medidas na abordagem de crises dentro e nas vizinhanças da Europa, assim como no resto do mundo.

A EUROMIL está ciente da sua responsabilidade para com os "cidadãos em uniforme", cometidos à segurança de uma Europa unida e dos seus cidadãos. Ciente dos deveres dos militares nesta matéria convida a União Europeia a respeitar e proteger os direitos e as liberdades dos seus militares. Assim:

1. A EUROMIL apoia a conclusão da declaração de Laeken que aponta no sentido de que os métodos de funcionamento das instituições europeias devem ser obrigatoriamente mais eficientes e transparentes. A Europa do futuro tem que crescer num quadro de maior democracia. Neste aspecto, o papel da Comissão Europeia, do Parlamento Europeu e as posições dos Sindicatos e dos parceiros sociais têm de ser fortalecidos.

2. A EUROMIL apoia o modelo de uma Europa forte, que assuma a sua responsabilidade para com o mundo. Com a sua responsabilidade aumentada em matérias da segurança e de defesa, a UE tem que assumir também mais responsabilidades para com os militares Europeus. Os interesses dos militares não podem ser esquecidos, uma vez que os membros das forças armadas, como "cidadãos em uniforme" são parte integrante da sociedade Europeia.

3. De acordo com os conceitos actuais, os trabalhadores não podem ver restringidos os seus inalienáveis direitos humanos - sejam eles civis, políticos, sociais, económicos ou legais - e as suas liberdades fundamentais, mais do que o estritamente necessário na relação de tra-

balho. Tal limitação não pode ser desproporcional ao objectivo e qualquer infracção dos direitos dos militares não é passível de ser sustentada com argumentos baseados na política de segurança. Aos direitos humanos e liberdades fundamentais deve ser dada primeira prioridade, em todas as circunstâncias. Respeitar os direitos humanos é, acima de tudo, uma questão de interesse geral.

4. O facto de se caminhar para uma integração das forças armadas não pode servir de pretexto à criação de um serviço unificado Europeu baseado no menor denominador comum, isto é, a crescente integração das forças armadas no nível Europeu não pode ser conseguida à custa dos seus militares. É opinião da EUROMIL que esta crescente integração das forças armadas necessita duma harmonização dos direitos dos militares ao nível da União Europeia. Os militares que desempenham as mesmas missões, os mesmos deveres e obrigações, num mesmo corpo militar não podem estar sujeitos a diferenças consideráveis e mesmo escandalosas, em termos de condições de emprego e trabalho. No contexto duma decisiva integração, tem que ser desenhado um figurino de segurança social para militares dentro da União Europeia, a ser incorporado na legislação comunitária, no âmbito dos Assuntos Sociais, sem quaisquer limitações no que diga respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, em circunstâncias normais do serviço e em tempo de paz.

5. Como instituição representativa dos militares Europeus e suas famílias, a EUROMIL atribui grande valor à Carta Europeia dos Direitos Fundamentais. A protecção das liberdades civis e dos direitos sociais deve inteiramente ser reconheci-



da pela União Europeia e pela legislação da Comunidade. Consequentemente a EUROMIL convida a UE a dar a esta Carta as bases legais necessárias à sua integração no Tratado da União Europeia.

6. Tendo como referência a directiva da UE 2002/14/EC, a EUROMIL e suas associações membro solicitam também à UE que lhes sejam assegurados direitos de consulta e de participação. ●

POLITICA DE DEFESA EUROPEIA

No dia 20 de Fevereiro decorreu, em Bruxelas, uma Conferência seguida de debate sobre Política de Defesa Europeia, preferida pelo General Schuwirth, Chefe do Estado Maior do Quartel General da União Europeia (foto).

O evento foi promovido pela EUROMIL em conjugação com a Fundação Hanns-Seidel, que é uma fundação política da área do SPD alemão, e teve lugar nas instalações desta fundação, contando com cerca de 150 participantes dos círculos políticos de Bruxelas.

O General Schuwirth proferiu uma

intervenção sobre a evolução dos diversos componentes da política de Defesa Europeia, ao que se seguiu um debate

Estiveram presentes o presidente da EUROMIL, Mr. Buke Snoep, o novo secretário geral da EUROMIL, Mr. Andreas Prufert, bem como alguns membros do Board: Emanuel Jacob (BE), Eamonn Lafferty (IR) e Carlos Aldrinha Pires (PO).

Genericamente, conclui-se da intervenção do General Schuwirth, que as coisas vão avançando a bom ritmo. Como curiosidade, foi feita uma pergunta durante a fase de debate, por um jornalista do Times, sobre a questão do abandono, por parte de Portugal, do projecto Europeu do A-4000 em favor do C-130, ao que o Sr. General respondeu que o que interessava do ponto de vista militar serem as capacidades, independentemente da marca ou fabricante e que os aspectos relevantes desta questão eram de natureza essencialmente política. Ficou a impressão que o abandono deste programa, embora de expressão insignificante, teve um grande impacto negativo em termos de política externa portuguesa. ●

SULPNEUS
COMERCIO DE PNEUS, LDA.

ANS



PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

A Associação Nacional de Sargentos estabeleceu um Protocolo de Cooperação com a Sulpneus, através do qual os seus Sócios passam a beneficiar duma grelha de descontos em todos os artigos e serviços desta Empresa.

• Sector de Pneumáticos

BRIDGESTONE (turismo-comercial-4x4-portenxa)	30%
FIRESTONE (turismo-4x4)	35%
DUNLOP (toda a gama)	35%
PIRELLI (turismo) (comercial-4x4)	35%-30%
GOODYEAR (turismo-4x4)	35%
UNIROYAL (turismo-comercial)	30%
YOKOHAMA (toda a gama)	15%
MICHELIN (turismo-comercial-4x4)	5%
B F GOODRICH (turismo) (4x4)	25%-30%
CONTINENTAL (turismo-4x4) (comercial)	20%-25%
SAVA - KELLY - FULDA (toda a gama)	35%
KLEBER (toda a gama)	30%
MABOR - KUMHO (toda a gama)	25%
GENERAL (toda a gama)	20%

• Sector de Prestação de Serviços

Alinhamento de Direcções	20%
Focagem de Faróis	20%
Equilibragem de Rodas	20%
Pré-Inspeção	20%
Montagem de Amortecedores	20%
Montagem de Discos	20%
Montagem de Escapes	10%

SEDE:
R. Álvaro Ferreira Alves, 7 - Zona Industrial de S.ª Marta do Pinhal
2855-018 CORROZOS
Tel: 21 254 39 36 / 21 284 38 94 - Fax: 21 254 69 71
FILIAL:
Estr. Nacional 377 - Qta. do Valado - Reguengo - Charneca da Caparica
2825-018 CAPARICA
Tel: 21 296 12 84 - Fax: 21 297 75 45

Notícias do MOVIMENTO ASSOCIATIVO

CSA Novos Órgãos sociais

O Clube do Sargento da Armada (CSA) entrou em 2003 com uma grande dinâmica associativa, como é, de facto, já sua tradição e apoio como se pode constatar pelas suas permanentes actividades e iniciativas de carácter sócio-cultural. Assim, o ano iniciou-se com realizações de grande importância para a vida social do CSA. No dia 25 de Janeiro teve lugar a Assembleia Geral para discussão, aprovação do



relatório de contas e eleição dos novos órgãos sociais para o biénio 2003/04. A tomada de posse teve lugar na bonita sede social do CSA em Alfama, em 1 de Fevereiro.

No dia 8 de Fevereiro tomou posse a Comissão Administrativa da Delegação N.º 1 do CSA, no Feijó. Este processo, que envolveu um total de 39 sargentos que irão dirigir os destinos do CSA nos próximos dois anos, representa uma demonstração da grande coesão dos Sargentos da Armada em torno do seu Clube.

Por último, comemorou-se, em 22 de Fevereiro, o 28.º aniversário do CSA. No decorrer da cerimónia foram entregues alfinetes de lapela em prata aos sócios com mais de 25 anos de filiação no clube.

A ANS, que esteve presente nos eventos, deseja aos novos órgãos sociais do CSA votos de felicidades e sucesso no cumprimento do seu mandato. ●

■ AOFA ● Órgãos sociais tomaram posse

No dia 24 de Fevereiro, nas instalações do CASO/IASFA, em Oeiras, decorreu a cerimónia de tomada de posse dos órgãos sociais da AOFA – Associação dos Oficiais das Forças Armadas.

É de realçar a entrada de elementos jovens, no activo,

particularmente no Conselho Nacional, e o facto de pela primeira vez, na história da AOFA, militares em regime de contrato integrarem os órgãos sociais, facto já verificado na ANS e que demonstra que esta realidade não pode nem deve ser menosprezada.

Ao Tenente Coronel Alpedrinha Pires, presidente do Conselho Nacional da AOFA, e aos demais elementos agora empossados, "O Sargento" deseja as maiores felicidades e firmeza na defesa dos interesses dos militares que representam. ●

■ APA ● Comemorado 3.º aniversário

No dia 26 de Fevereiro decorreu a cerimónia comemorativa do 3.º aniversário da APA – Associação de Praças da Armada. Estiveram presentes representantes da ANS, AOFA, ANMM (Associação Nacional dos Militarizados da Marinha), CPA (Clube de Praças da Armada), bem como outros convidados a título individual. Teve o seu momento alto na bonita e sentida cerimónia prestada ao seu sócio n.º 1, Geraldo da Silva Lourenço, por todo o esforço, empenho e dedicação posto na criação desta associação de militares, bem como ao exemplo que foi a sua postura profissional e pessoal, nos tempos mais conturbados da história recente.

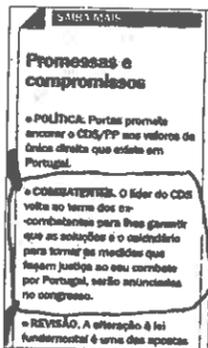
Aos camaradas da APA em geral, e a todos os membros que corajosamente integram os órgãos sociais em particular, "O Sargento" envia parabéns pela passagem de mais um aniversário e deseja que a força nunca falte na defesa dos interesses dos militares que representam. ●

Uma questão de carácter

O fac-símile que reproduzimos é do DN de 23 de Fevereiro último. Trata-se de uma notícia sobre a moção do presidente do PP/CDS, Paulo Portas, com vista ao congresso deste partido. Aí se pode ler: "Combatentes. O líder do CDS volta ao tema dos ex-combatentes para lhes garantir que as soluções e o calendário para tomar as medidas que façam justiça ao seu combate por Portugal, serão anunciadas no congresso" (sublinhado nosso).

Como é possível dizer que será no congresso que os problemas dos ex-combatentes serão objecto de anúncio quanto à sua resolução? Que partidização é esta de um problema que é do Estado? Só por razões de baixo carácter e aproveitamento político é possível esta questão ser assim tratada. Importa lembrar o seguinte:

a) A lei foi aprovada na AR por



unanimidade;

b) O único partido a apresentar propostas de alteração que visavam uma maior abrangência foi o PCP, propostas essas que foram chumbadas com os votos do PP e do PS, e que o actual Governo, através do MDN, diz verbalmente parecer aceitar mas que, até ao momento, nada propôs;

c) Esta lei resultou de "negócio" feito entre o

PP e o Ps em torno da LPM, ou seja, o PP votou favoravelmente a LPM e em troca o PS acedeu em aprovar uma lei que tratasse deste problema;

d) Falamos da LPM que o PP de Portas agora critica e usa para justificar as suas opções actuais, nomeadamente o discurso do "poupei".

Quem quiser que tire daqui as suas lições. Afinal, todos temos cabeça para pensar. ●

ANS recebe delegação do PCP

No dia 13 de Fevereiro foi recebida na sede da ANS uma delegação do PCP, composta pelos senhores António Rodrigues, do Comité Central, e Rui Fernandes, membro do Secretariado. Nesta audiência, que aconteceu a pedido desta formação política, estiveram presentes pela ANS Lima Coelho, Ernâni Balsa, Álvaro Martins, José Pereira e ainda Carlos Carvalho.

O objectivo principal foi o de fazer o ponto da situação nas Forças Armadas, em particular as matérias e problemas que dizem respeito aos sargentos.



Saudamos esta iniciativa e esperamos que se estenda a todas as outras forças políticas e parceiros com quem temos de dialogar, como parte interessada que indubitavelmente somos, nesta missão de contribuir para a resolução dos problemas que afectam os cidadãos em uniforme. ●

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

CONVOCATÓRIA

Em conformidade com os termos da alínea a) do art. 1.º dos Estatutos e da alínea a) do 1.º do art. 12.º do Regulamento Interno, convoco todos os sócios da Associação Nacional de Sargentos para a Assembleia Geral Ordinária, a realizar na sede social, sita na Rua de Sabrosa, n.º 57 - 2.º, em Lisboa, no dia 7 de Abril de 2003, às 19.00 horas, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Discussão e votação do Relatório e contas do ano de 2002.

2. Discussão e votação do Orçamento para o ano de 2003.

3. Não havendo número legal de votos para deliberar em primeira convocatória, convoco, desde já, a mesma Assembleia Geral para realizar em segunda convocatória, no mesmo local e dia, uma hora depois, com a mesma Ordem de trabalhos, deliberando então com qualquer número de sócios presentes, de acordo com o n.º 1 do art. 1.º dos Estatutos.

Lisboa, 20 de Março de 2003
Presidente da Assembleia Geral
Manuel João Teixeira da Silva

ATENÇÃO SÓCIOS DA ANS

Escapes para automóveis

Protocolo entre a ANS e a SIFECA, Peças e Acessórios para Automóveis, Lda., para a venda de escapes para automóveis nas seguintes condições: Todas as vendas são na modalidade de venda a dinheiro, com o desconto de 30%.

Esta empresa, fornecedora, entre outros, de escapes FONOS/WALKER, tem estabelecimentos em:

- Entroncamento, Zona Industrial — Tel. 249 720 059
- Lagoa (Algarve) — Rua Mouzinho de Albuquerque, 3
- Vila Nova de Gaia — Rua Cons. Vasco da Cruz, 81. ●

Caravanas

Protocolo com o Stand Monte Carlo, da Estoril, Lda, para a venda de caravanas e autocaravanas, acessórios e material de reposição. Descontos a sócios da ANS de 10% em caravanas; 3% em autocaravanas; 5% em material de reposição; 10% em acessórios. Facilidades de pagamento até 12 meses.

OBS.: Os descontos só são válidos fora de promoções, "Promoções" ou "Feiras".
Sede e vendas: Rua Sacadura Cabral, 1 S. Pedro do Estoril - Tel: 214 671 765.
Exposição e vendas: Estrada Estoril/Estoril (junto ao Autódromo). ●

Pneus, peças e acessórios

Protocolo da ANS com as seguintes empresas:

■ **Recauchutagem Torrejana**, com descontos de 25% a 35% da tabela de revenda. Pagamento no acto de compra.

Bairro do Nicho
Tel. 249 822 515 / 249 822 161.
Torres Novas

■ **GraciAuto**, para a venda de peças e acessórios para automóveis, nas seguintes condições: vendas a dinheiro, com desconto de 30%, excepto extras e material de origem.

Rua D. Nuno Álvares Pereira e Luís Falção de Sommer, 30 A
Tel: 249 725 649.
Entroncamento

* **NOTA:** Foi suspenso o protocolo com a **HiperPneus**. ●

Combustíveis CEPESA

Protocolo com a CEPESA Portuguesa, Petróleos S.A., para os sócios da ANS e seus familiares directos. O montante de 0,03 € por litro de qualquer combustível é descontado directamente no acto do pagamento mediante a apresentação do cartão "Cepsa Team". Aos titulares deste cartão assiste também o desconto de 20% em lubrificantes, para além da acumulação de

pontos para obtenção de prémios constantes no Catálogo CEPESA.

Pede aos Delegados da ANS a circular explicativa das condições de adesão. A "Proposta de Adesão" tem de ser preenchida para a obtenção do cartão da Cepsa, a qual posteriormente é autenticada pela ANS. Só a ANS pode enviar as propostas à CEPESA para emissão do respectivo cartão.

Os sócios, em especial os que se encontram na situação de reforma ou na reserva, que não receberam a Proposta de Adesão, podem solicitá-la ao Delegado da ANS na unidade, ou directamente à secretaria da ANS, em Lisboa. ●

Medicina dentária

Protocolos com:

■ **Lubidente - Centro Médico e Dentário**, com descontos de 15% nos tratamentos de Estomatologia, Próteses dentárias e Ortodontia.

Rua Prof. Noronha Feio, 12 A Queijas
Tel. 214 160 672 / 919 469 529

■ **Clínica Dentária dr.ª Rosário Saramago**, com descontos de 15% nos tratamentos, a sócios e familiares.

Rua Proj. à Miguel Bombarda, 5 - loja 3 (junto ao Centro de Saúde)

Entroncamento
Tel. 249 725 767 ●

Aluguer de viaturas

Na **National** (rent-a-car) desconto no aluguer de viaturas. As reservas são efectuadas pela ANS. Os associados para usufruírem deste protocolo devem contactar a secretaria da ANS para efectuarem o seu pedido.

Localização: Albufeira, Portimão, Faro, Monte Gordo, Lagos, Vilamoura, Porto, Lisboa, Cascais, Leiria, Castelo Branco, Braga, Évora, Ilhavo, Madeira e nos aeroportos de Lisboa, Porto, Faro e Funchal. ●

Instrumentos musicais

Descontos na compra de instrumentos musicais de uma vasta gama de marcas. Protocolo estabelecido com a firma "O Acorde, Lda.", na Rua do Frago, 4, em Évora, que pratica um desconto de 15%+5% nas vendas a sócios da ANS. Um dos aspectos interessantes é o facto desta firma ter uma loja virtual na internet:

www.portugal@shopping.pt/acorde onde os artigos expostos têm um já um desconto de 15%. Nesses artigos os sócios da ANS têm mais 5% de desconto. Informa-te junto da ANS. ●

OBS.: Informa-te sobre estes protocolos junto da ANS. ●

Avanços, recuos e... estagnação

Uma vez mais se comemorou o 31 de Janeiro de 1891 – Dia Nacional do Sargento, ao longo de vários dias, mais particularmente entre 25 de Janeiro e 6 de Fevereiro, em eventos que decorreram no Continente e nas Regiões Autónomas.

Há a registar alguns, e bons, avanços no que respeita ao reconhecimento cada vez mais evidente desta efeméride: a forma como decorreu a tradicional cerimónia no cemitério do Prado do Repouso, no Porto, o conteúdo das intervenções e a presença de autoridades civis e, particularmente, militares ali representadas; a adesão significativa aos diversos jantares comemorativos que decorreram em todo o País e a dignidade que os promotores e organizadores destes eventos puseram nos locais escolhidos; o número crescente de unidades em que os respectivos comandantes aceitaram o convite para almoçar nas messes de sargentos, assinalando esta tão importante data; a representação do poder político e chefias militares presente na Voz do Operário, local onde decorreu a comemoração de Lisboa, indiciam inequívocos avanços que não podemos deixar de realçar.

Há, contudo, situações que configuram algum recuo...

Nalguns locais onde até aqui os delegados associativos tinham margem de manobra, pois fruto de grande lealdade e frontalidade a conquistaram junto dos respectivos comandos, assiste-se agora, e contra a corrente generalizada, a um inesperado cerrar de portas, a um crescendo de dificuldades de todo em todo



inexplicáveis, (que nem mesmo a cega obediência a uma pura e dura leitura dos articulados legais as justifica); outro indicador de recuo se notou nalguns locais em que, contrariamente ao que sucedera até então, o número de participantes em alguns eventos diminuiu sensivelmente pois há, infelizmente, quem entenda que a vitória alcançada com a equiparação retributiva à GNR foi a maior de todas as vitórias e que nada mais há para lutar...

Mas preocupante é, de facto, a tentativa de se usarem os militares, os seus problemas e a pretensa resolução dos mesmos como arma de arremesso político. Há quanto tempo estão os militares no activo, na reserva, na reforma, ex-

combatentes, jovens voluntários, a ser usados como instrumentos de promessas não cumpridas? Prometeram-se soluções para problemas que se previa de cumprimento duvidoso em prazos aceitáveis, e agora, pasme-se, são os cidadãos em geral e os cidadãos em uniforme em particular, colhidos de surpresa quando um jornal se publica que a resolução de um problema que envolve um determinado sector de militares será anunciado num congresso partidário! Partidarização das Forças Armadas? Ou pura e simplesmente, utilização dos militares como arma de arremesso político? Este é um recuo que não queremos acreditar que seja possível numa sociedade que todos desejamos mais justa,

equitativa, participada e moderna. Não foi decerto para ser instrumento de uma qualquer força partidária que os militares aceitaram regressar aos quartéis e devolver o poder aos políticos, e afinal, honrar a Constituição, que os mesmos militares juram cumprir e fazer cumprir.

Quanto à estagnação, a realidade fala por si!

Militares cujas carreiras se afiguram sem progressão, com vencimentos que não reflectem justiça, equilíbrio e equidade, com alguns dos seus direitos sociais sonogados, particularmente aqueles que dizem respeito à assistência na doença. Homens a quem as prometidas reparações de injustiças tardam em ser aplicadas, assistindo-se a um tratamento diferenciado entre cidadãos na perspectiva de resolução de uma mesma questão... enfim, seria longa a lista de assuntos atolados no pântano da estagnação!

Contudo, não será este cenário que fará com que os cidadãos sargentos, que sempre se bateram destemida e denodadamente pelos seus direitos, cruzem os braços e se rendam. Decididamente que não! Antes servirá para encontrar mais e mais fundamentos que reforcem a razão que lhes assiste e os encoragem para a necessária caminhada na busca das soluções que se querem justas, sérias e duradouras.

Como desde sempre na nossa história, os Sargentos de Portugal saberão ser a mola impulsionadora das necessárias mudanças que determinem alcançar o patamar de justiça que lhes é, por direito, totalmente devido! ●

Plano ANS de Seguros

A ANS celebrou com um corretor especializado em seguros individuais e familiares, um protocolo de prestações de serviços, englobando um conjunto de produtos do ramo segurador, a **preços significativamente baixos e exclusivamente** para Sargentos sócios desta Associação.

Eis alguns exemplos da gama de produtos disponíveis:

- ✓ **AUTOMÓVEL** (Responsabilidade Civil, incluindo Assistência em Viagem, Ocupantes de Viatura e Protecção Jurídica)
 - ☛ Preços a partir de 135 euros/viatura
- ✓ **MUTI-RISCOS/HABITAÇÃO** (vários riscos numa só apólice)
 - ☛ Paredes 2.90 euros/5.000 euros
 - ☛ Recheio (5.19 euros/5.000 euros)
- ✓ **ACIDENTES DE TRABALHO** (empregada doméstica – trabalho à hora)
 - ☛ Preços a partir de 7.10 euros por cada 500 euros
- ✓ **SEGURO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS** (doença/acidente)
 - ☛ Preços a partir de 37.31 euros/ano
- ✓ **VIDA** (exclusivo para sócios da ANS, incluindo missões no estrangeiro)
 - ☛ Coberturas: Morte, Invalidez Total e Permanente

Exemplos:

Capital seguro: 5.000 €uros Função: Adm/Operacional-Risco Standard Militar (idade): 30 anos

Custo/Total/Mês: Portugal e Países da EU → 1.15 euros/mês
Comissões fora UE (Kosovo, Timor, etc) → + 0,83 euros/mês

CONTACTA:

Sede da ANS: ☎ 21 815 49 66 / Fax: 21 815 49 58.

Paga menos pelos teus seguros aderindo ao Plano da ANS

Para mais informações, recortar e enviar para a ANS, Rua Barão de Sabrosa, 57 - 2º 1900-088 Lisboa

Nome: _____ Nº sócio _____

Morada: _____

Telefones p/contacto: _____ / _____

- ✓ ou, consultar os Delegados da ANS ou a sua sede, pelo telefone 218 154 966 ou fax 218 154 958
- ✓ ou, através do Serviço do Corretor, pelos telefones 214 351 154 e 214 358 271 ou fax 214 363 214
- ✓ ou pelo e.mail: declaseguros@clix.pt

8 de Março

Dia Internacional da Mulher

Neste 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, não podíamos deixar de fazer uma saudação muito especial às nossas companheiras e às nossas camaradas de armas.

As primeiras, as nossas esposas, companheiras, namoradas, são quem de uma forma quantas vezes silenciosa e pouco reconhecida, assegura o bem estar e o normal funcionamento do lar quando a missão, qualquer que ela seja e onde quer que ela decorra, nos chama para longe do meio familiar. São quem assume a missão dupla de ser pai e mãe por períodos muitas vezes longos e a quem, na maioria dos casos, não são reconhecidos direitos laborais e sociais excepcionais por tão excepcional e particular labor.

As segundas, as nossas camaradas de armas, que desde 1992 se tornaram uma presença cada vez mais marcante nas unidades militares, quebrando a preponderância do género masculino, trazendo uma lufada de ar fresco, enfrentando alguma intolerância e resquícios de uma "mentalidade machista em fim



de estação", que souberam também, com menor ou maior sucesso, resistir à tentação do deslumbramento de se sentirem aduladas, mas que indubitavelmente tornaram mais equilibrado o conceito de "direitos de cidadania".

A todas as mulheres que directa ou indirectamente, que de uma forma mais ou menos activa colaboram, participam, contribuem, para a dignificação do cidadão em uniforme, o nosso bem hajam! ●

CEMA Almirante Vidal Abreu

Por lamentável troca de fotografias, na fase final de montagem do último número de "O Sargento", em vez da foto do Chefe do Estado Maior da Armada, Almirante Vidal Abreu, saiu publicada a foto do Senhor General

Vaz Afonso.

A Direcção da ANS, logo que detectado o erro, apresentou desculpas a ambos CEMs, desculpas que a redacção de "O Sargento" também apresenta aos leitores, pelo lapso cometido. ●

